

Titulo

12

BCRP

Biblioteca de Conhecimentos Políticos

L. Maksúdov

**A Luta
Ideológica
no Mundo
Contempo-
-râneo**

 Edições Progresso

Biblioteca de Conhecimentos Políticos
12. – Título

L. Maksúdov

**A Luta
Ideológica
no Mundo
Contemporâneo**



Edições Progresso
1982

Tradução de *Iú. Sliózkine* e *A. Kámenev*

Библиотека политических знаний

Выпуск 12

Л. Максудов

ИДЕОЛОГИЧЕСКАЯ БОРЬБА В СОВРЕМЕННОМ МИРЕ

На португальском языке

Редакция литературы по научному коммунизму
и учебных пособий

© Edições Progresso, 1982

Impresso na URSS

M $\frac{10504-454}{014(01)-82}$ 269—82

0302030000

Introdução

A luta ideológica na arena mundial é uma das formas da luta de classes entre o capitalismo e o socialismo que, nas actuais condições, adquire uma importância cada vez maior na luta de classes de dois sistemas sócio-económicos. Mas qual é a causa do agravamento da luta ideológica entre os dois sistemas: o socialista e o capitalista?

Nos últimos tempos, com a invenção de novas armas mortíferas de destruição em massa, a coexistência pacífica dos Estados socialistas e capitalistas e o aprofundamento do processo do desanuviamiento internacional são a única alternativa ao conflito termonuclear mundial, que causará calamidades incalculáveis a toda a Humanidade e é pouco provável que possa deixar alguém de lado.

A coexistência pacífica supõe a rejeição da guerra pelos Estados como meio de resolução dos problemas internacionais, o reconhecimento da necessidade de os resolver por meio de negociações, o reconhecimento da igualdade de direitos, o entendimento mútuo e a confiança entre os Estados, o cálculo dos interesses de

uns pelos outros, o direito de cada povo resolver por si só todos os seus problemas. A coexistência pacífica significa o respeito rigoroso da soberania e da integridade territorial de todos os Estados, o desenvolvimento da cooperação económica e cultural na base da igualdade completa e da vantagem mútua.

Sendo a base da competição pacífica entre o socialismo e o capitalismo na esfera internacional, a coexistência pacífica por si própria é uma forma específica da luta de classes entre o socialismo e o capitalismo.

Contudo, as forças do socialismo mundial e do movimento de libertação nacional não escondem o facto de a coexistência pacífica criar possibilidades mais favoráveis para o fortalecimento da comunidade socialista, para o êxito da luta anticolonial e para o reforço da independência nacional de países que se libertaram.

O reconhecimento da tese proposta ainda por V. I. Lénine de a coexistência pacífica ser uma base de relações entre o socialismo e o capitalismo, chegou com demora aos círculos dirigentes dos Estados burgueses. Não queriam concordar com ela, tendo esperança nos métodos de opressão, limitação e liquidação do socialismo. Foram obrigados a reconhecê-la quando se tornou evidente que a via da opressão, de guerras e da agressão, hoje em dia, pode conduzir facilmente à guerra balístico-nuclear catastrófica, cujo resultado seria a destruição de toda a Humanidade. Assim, por exemplo, os Estados Unidos da América, só em

29 de Maio de 1972 é que assinaram com a União Soviética o Acordo sobre as bases de relações entre a URSS e os EUA, em que se frisa que a coexistência pacífica de dois sistemas económico-sociais opostos é a base das relações entre os dois Estados.

A coexistência pacífica e o desanuviamento têm de, antes de mais, significar, que na política internacional está em substituição da confrontação política aberta, a regularização de problemas internacionais na base da igualdade de direitos, no respeito pela soberania e na vantagem mútua. Têm de significar a necessidade da conclusão entre estados de tratados e acordos sobre a sua prontidão mútua em resolver, por meio de negociações, problemas mais agudos das suas relações e os internacionais.

Nas relações económicas internacionais a coexistência pacífica e o desanuviamento supõem a assinatura de contratos sobre a cooperação económica a longo prazo entre Estados socialistas e capitalistas. O desanuviamento e a coexistência pacífica, na qualidade da direcção principal das relações internacionais, com o tempo, têm de obter um carácter cada vez mais irreversível, apesar das tentativas dos círculos dirigentes de alguns Estados golpearem a regulamentação política de problemas internacionais e a cooperação económica.

Os Estados socialistas, integrados na Organização do Tratado de Varsóvia, apresentaram várias propostas extremamente importantes, com vista à extensão do desanuviamento para a

esfera das relações militares e por meio das medidas de confiança mútua passar gradualmente à redução mútua dos armamentos e das forças armadas, ao desarmamento e ao abrandamento da situação de oposição militar aberta dos dois blocos militares.

O XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1981) ofereceu uma série de novas e grandes ideias e propostas construtivas que são continuação orgânica e desenvolvimento lógico do Programa da Paz aprovado pelos XXIV e XXV Congressos do Partido. Este novo programa complexo tem como objectivo a resolução dos mais actuais problemas nas relações internacionais de hoje.

Entre as novas propostas soviéticas encontram-se iniciativas importantes, as que têm em vista garantir o desanuviamento militar, entre estas as referentes directamente não só aos problemas da limitação e diminuição das armas estratégicas, do congelamento de quantidade e qualidade do nível balístico-nuclear dos meios de médio alcance, existente na Europa, mas também as propostas, que estão directamente relacionadas com a ampliação das zonas das medidas de confiança na Europa.

Deste modo, a tendência principal do desenvolvimento de relações internacionais na coexistência pacífica e do desanuviamento tem de ser a passagem, nas actividades política, económica e militar de Estados com sistemas sócio-económicos diferentes, da oposição à cooperação e à diminuição da tensão nas relações.

Esta nossa visão da política da coexistência pacífica é uma visão de conjuntura, ou seja um rumo principal e básico na política da União Soviética? Antes de responder a esta pergunta vamos conhecer um documento magnífico que faz luz sobre uma das características de princípio da política exterior soviética.

Ao preparar o projecto da resolução do Comité Executivo Central de toda a Rússia sobre o relatório da delegação soviética à Conferência de Génova, V.I. Lénine escreveu, em 1922: «A igualdade real de direitos entre os dois sistemas de propriedade *ainda que seja um estado temporário, até que o mundo inteiro não passe* da propriedade privada e caos económico e guerras, engendrados por ela, para o sistema superior da propriedade, foi dada só no Tratado de Rapallo. Por isto o CECR¹:

— aprova o Tratado de Rapallo como a única saída correcta de dificuldades, caos e perigo de guerras (por ora permanecem os dois sistemas de propriedade, inclusive uma tão antiquada como a propriedade capitalista);

— reconhece como normais, para as relações da RSFSR com países capitalistas, *somente* tratados desse tipo;

¹ CECR—O Comité Executivo Central de toda a Rússia—o órgão superior legislativo administrativo e de controlo do poder estatal da República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR) em 1917-1938.

— encarrega o CCP¹ e CPNE² de travar a política neste sentido;

— encarrega o Presidium do CECR de comprová-lo com o acordo com todas as Repúblicas formando a federação com a RSFSR;

— prescreve que o CPNE e o CCP permitam a exclusão disso, i.é., permitam o desvio dos tratados do tipo de Rapallo, somente nos casos excepcionais que tragam vantagens especiais para as massas trabalhadoras da RSFSR, etc.»³.

Este documento mostra nitidamente que V.I. Lénine, ainda em 1922, considerava a existência do sistema da propriedade socialista num só país, na Rússia Soviética, um facto temporário, até não se impor como geral. Precisamente por isso, frisava Lénine, a coexistência pacífica dos Estados com sistemas sócio-económicos diferentes serve tanto os interesses da Rússia Soviética como do mundo capitalista. O que foi correcto em 1922, quando a Rússia Soviética estava cercada por Estados com um sistema oposto, o é mais ainda actualmente, quando a comunidade socialista mundial existe, funciona e acumula forças, surgem Estados

¹ CCP — Conselho de Comissários do Povo — nome dos órgãos superiores executivos e administrativos do poder estatal da URSS e das repúblicas federativas, em 1917-1946.

² CPNE — o Comissariado do Povo para os Negócios Estrangeiros.

³ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 45, pp. 192-193 (5ª ed. russa).

com orientação socialista na Ásia, África e América Latina, cresceram poderosamente forças da libertação nacional e é problemática a existência do próprio sistema imperialista mundial.

Contudo, existe mais uma esfera das relações: a esfera ideológica. É precisamente na luta ideológica que se manifesta a essência da luta de classes a nível internacional, da luta entre o imperialismo e o socialismo, entre a reacção e o progresso, entre o passado e o futuro da Humanidade. Os partidários do comunismo científico partem da suposição de que esta luta de classes não pode acabar num compromisso ou concórdia, na convergência de ambos os sistemas: a luta ideológica é irreconciliável. E se as relações políticas entre os Estados com diferentes sistemas sócio-económicos podem, graças ao esforço comum, passar da confrontação ao entendimento mútuo e cooperação, ou seja, à coexistência pacífica; se as relações económicas podem, no desanuviamento, transformar-se em relações de cooperação e até de solução colectiva dos problemas económicos actuais; se é possível, em conformidade com o acordo mútuo, conseguir o afrouxamento da confrontação militar aberta dos dois blocos políticos opostos, por meio das medidas de confiança mútua, redução dos armamentos e das forças armadas, então, no domínio das relações ideológicas, a conciliação está fora de questão.

Como a condição principal da coexistência pacífica e do desanuviamento é o reconheci-

mento do facto de serem inaceitáveis, nas relações entre os Estados, todos os meios e medidas violentos, o centro da luta de classes passa cada vez mais para a esfera da luta das ideias. E como a coexistência pacífica e o desanuviamento não podem anular a lei objectiva do desenvolvimento da época actual da história da Humanidade, i.é., de passagem do capitalismo para o socialismo, a luta ideológica vai manter, e inclusivamente aumentar, a sua intensidade até que se estabeleça, em todo o mundo, a formação social comunista.

Mas aqui nós temos de frisar uma particularidade importante da luta ideológica. O facto de ela se agravar e agudizar até durante o desanuviamento, procede da mesma essência da luta entre os dois sistemas, o que é evidente. Mas a peculiaridade característica do nosso tempo é o facto das forças do imperialismo, hegemónicas e da reacção passarem das formas e métodos, permitidos e universalmente aceites (i.é., da competição honesta de ideias a favor da sua razão histórica) para as actividades subversivas contra o adversário, para a desinformação e calúnia nas tentativas de difamar as forças do socialismo, progresso, as de independência nacional e da paz. Estas actividades já não são a luta ideológica, mas sim, a guerra psicológica, o que foi claramente frisado no Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso: «Deve notar-se igualmente o agravamento da luta ideológica. Para o Ocidente, não se reduz a uma confrontação de ideias: põe em acção todo um sistema de meios

destinados a minar e a enfraquecer o mundo socialista. Os imperialistas e os seus acólitos conduzem sistematicamente campanhas hostis contra os países socialistas. Denigrem e deturpam tudo o que se passa nestes países. Para eles, o essencial é provocar a repugnância pelo socialismo»¹.

É evidente que os imperialistas e os seus acólitos não tentam provar «vantagens» do capitalismo em comparação com o socialismo, criticá-lo argumentadamente, mas sim, praticam actividades subversivas utilizando a desinformação e a calúnia contra o socialismo. É evidente que isso se faz não por causa da vida boa, mas por falta de argumentos a favor do capitalismo, por causa de incapacidade dos adversários do socialismo em vencerem na competição honesta de ideias.

O estudo de algumas leis e particularidades da luta ideológica actual é necessário para nos orientarmos com mais segurança na situação política corrente; para compreendermos qual é o objectivo final das actividades ideológicas das forças do imperialismo e reacção contra as forças do socialismo e da libertação nacional; para formularmos as tarefas da actividade ideológica dos países socialistas e dos Estados que se desenvolvem pela via progressista, tanto no domínio da educação político-ideológica

¹ *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa*, Moscovo, Editora "Pravda", 1981, p. 12.

do povo dos seus países, como no domínio da divulgação activa, no estrangeiro, das suas realizações políticas e sócio-económicas, assim como para se organizar a resistência eficaz contra a sabotagem ideológica do inimigo. O objectivo deste livro é ajudar os leitores a compreenderem melhor os problemas da luta ideológica.

I. IDEOLOGIA E LUTA IDEOLÓGICA

K. Marx e F. Engels definiram o conceito de ideologia como um sistema de ideias que revolucionam toda a sociedade e cujo portador é a classe proletária. As bases da concepção comunista do mundo foram expostas por K. Marx e F. Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1848). O proletariado, sendo a classe mais revolucionária—escreveram os fundadores do marxismo—está interessado em analisar objectiva e cientificamente a realidade social, em analisar de modo científico os processos que se desenvolvem no decurso das actividades revolucionárias. É esta análise das relações sociais que constitui a particularidade principal da sua consciência de classe, da ideologia socialista. Marx e Engels analisaram de maneira científica os processos de desenvolvimento do capitalismo e fundamentaram a inevitabilidade histórica da substituição desta sociedade pela nova formação comunista.

V.I. Lénine foi o primeiro a definir o marxismo como uma ideologia científica. Escreveu: «A força invencível que atrai, para esta teoria, os socialistas de todos os países, está

precisamente no facto de esta, por ser a última palavra da ciência social, unir o carácter estrita e altamente científico com o carácter revolucionário. Uni-los, não por acaso, não só porque o fundador da doutrina uniu em si as qualidades de sábio e de revolucionário, mas sim, uni-los de maneira profunda e indissolúvel dentro da própria teoria»¹. Lénine sublinhou que uma das grandes realizações do marxismo é a sua contribuição para a luta da classe dos oprimidos, para a criação e desenvolvimento da sua consciência de classe. É precisamente por isso que os verdadeiros revolucionários devem unir, num todo único, o trabalho teórico e prático, a propaganda², a formação da consciência revolucionária do proletariado, da sua unidade na luta contra a burguesia, e contra o regime burguês.

A concepção leninista da «ideologia científica» baseia-se na interligação dialéctica entre a ideologia e a ciência e deve estar estreitamente ligada aos interesses de classe. Quando a ideologia representa os interesses egoístas da minoria exploradora, quando a consciência social da classe burguesa está em contradição

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 1, p. 341.

² Existem dois tipos opostos de propaganda: a comunista e a burguesa. A *propaganda comunista* é o sistema cientificamente fundamentado da actividade intelectual respeitante à divulgação da ideologia e política marxista-leninista, com vista ao ensino, educação e organização das massas. A *propaganda burguesa* tem por fim impor às massas as ideias e teorias falsas e a informação não objectiva, no interesse dos classes dominantes.

com o interesse do progresso social, então, neste caso a ideologia é anticientífica. No entanto, quando os interesses de classe do portador da ideologia correspondem às tendências do desenvolvimento social, estas ideias e teorias têm carácter científico. Portanto, a unidade realmente completa da posição de classe e da verdade científica objectiva só pode ser alcançada na ideologia comunista.

Ao objectivismo burguês e às concepções revisionistas, (segundo as quais a consciência social estaria acima das classes), V.I. Lénine opôs o objectivismo da luta de classes que exprimia o ponto de vista do proletariado revolucionário. «Ao aceitar o ponto de vista do objectivismo da luta de classes,—escrevia— não justifico a realidade de forma nenhuma: pelo contrário, indico na *própria* realidade as fontes e forças mais profundas... de sua transformação»¹.

O marxismo, frisou V.I. Lénine, «representa... a ideologia da classe trabalhadora»². Ao definir o marxismo como a ideologia do proletariado, Lénine destacou a particularidade mais característica do marxismo: a unidade da teoria e da acção social, a unidade da teoria científica com a prática revolucionária. «A doutrina de Marx reuniu num todo único a teoria e a prática da luta de classes»³. É isso mesmo que, segundo Lénine, distingue essenci-

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 22, p. 101.

² Ibid., t. 1, p. 411.

³ Ibid., t. 14, p. 375.

almente o marxismo de toda uma série de falsificações revisionistas de orientação esquerdista e direitista.

À questão do papel da ideologia na luta política, Lénine atribuiu-lhe não só um carácter científico, mas também uma importância prática. A própria ideia da ligação da teoria do socialismo científico com a luta revolucionária do proletariado era necessária para orientar correctamente a classe operária na luta política contra a burguesia. A ideia da união do socialismo científico com o movimento operário era necessária para evitar a espontaneidade do movimento operário, pois os revisionistas achavam que a ciência e a ideologia eram noções incompatíveis. Assim pensava, por exemplo, um dos representantes mais conhecidos do revisionismo, E. Bernstein, que negava absolutamente a possibilidade da existência da ideologia científica da classe operária. Na sua opinião, a ciência marxista não podia e nem devia ter nada a ver com a ideologia política.

No artigo *A Agitação Política e o «Ponto de Vista de Classe»*, Lénine colocou a tarefa de «não perder de vista o nosso objectivo final, propagar sempre, defender contra as falsificações e desenvolver cada vez mais a ideologia proletária, i.é., a doutrina do socialismo científico, ou seja, o marxismo»¹. Isto queria dizer o reconhecimento de um factor muito importante: o da ideologia de classe. Lénine declarou com toda a firmeza que «tudo o que seja

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 6, p. 269.

menosprezar a teoria, hesitar ou afastar-se da ideologia socialista, serve inevitavelmente os interesses da ideologia burguesa»¹. Mais do que isso, segundo Lénine, «*tudo o que seja inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o papel do «elemento consciente», o papel da social-democracia, significa — independentemente da vontade do quem o faz — fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários*»². Lénine sublinhava que a teoria revolucionária não pode surgir e desenvolver-se com base no movimento espontâneo dos operários, pois é científica e, portanto, deve basear-se nos últimos dados das ciências filosóficas, económicas e históricas, assim como avaliar a situação e as tarefas dos trabalhadores. «O interesse de classe» faz com que os proletários sejam receptivos ao socialismo. Contudo, não se pode elaborar o programa de uma organização revolucionária, baseando-se unicamente no interesse de classe do proletariado. «...O socialismo, sendo a ideologia de luta de classe do proletariado, está sujeito às condições gerais de surgimento, desenvolvimento e consolidação da ideologia, quer dizer, baseia-se em todo o material dos conhecimentos dos homens, pressupõe um alto desenvolvimento da ciência, exige um trabalho científico, etc.»³. Partindo da

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 6, p. 374.

² V. I. Lénine, *Obras Escolhidas em III Tomos*, Edições «Avante!»—Lisboa, Edições Progresso—Moscou, 1977, t. 1, p. 106.

³ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 6, pp. 362-363.

tese de o partido revolucionário do proletariado representar os interesses, não só da classe operária, mas também de todo o desenvolvimento social, há que reconhecer que o marxismo indica a trajectória da luta revolucionária pela libertação de todos os trabalhadores, pela realização do objectivo final do movimento revolucionário: a criação da sociedade comunista»¹.

Portanto, a noção «ideologia científica» abrange os aspectos científico e revolucionário. O conhecimento teórico do desenvolvimento social é a premissa da luta bem sucedida dos trabalhadores pela transformação radical do regime existente. Toda a ideologia está historicamente condicionada, i.é., exprime as ideias de uma determinada época e de uma determinada classe social. «O marxismo—escreveu V.I. Lénine—conquistou a sua significação histórica universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não repudiou de modo nenhum as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrário, assimilou e reelaborou tudo o que houve de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos»².

V.I. Lénine frisou que a oposição histórica das ideologias de classe opostas—a burguesa e a socialista—é uma das formas principais da luta de classe do proletariado, a par com a luta política e económica. A luta ideológica dos

marxistas é a luta contra a ideologia burguesa, pela orientação correcta do movimento revolucionário, pela influência sobre as massas trabalhadoras, pela sua consolidação, preparação para o derrubamento do capitalismo e pelas transformações que procuram realizar. Por conseguinte, a luta da ideologia marxista contra a ideologia burguesa é irreconciliável e não conhece compromissos. Aqui a neutralidade não existe: ou há uma, ou outra ideologia. Porque, segundo Lénine, «*tudo o que seja rebaixar a ideologia socialista, tudo o que seja afastar-se dela significa fortalecer a ideologia burguesa*»¹. Falando sobre a necessidade de «vencer toda a resistência dos capitalistas, não só militar e política, mas também ideológica», V. I. Lénine definiu esta última como «a mais profunda e a mais poderosa»².

Nas condições do desanuviamento e da coexistência pacífica, o foco da luta de classes à escala mundial concentra-se cada vez mais na esfera ideológica. O facto de ser precisamente o socialismo mundial quem propõe transferir a luta da esfera militar, política e económica para a esfera ideológica, demonstra, com toda a evidência, a confiança dos marxistas na inevitável vitória da sua causa, a sua convicção de que não precisam da violência para realizarem as suas ideias e demonstrarem que têm razão. Isto, por sua vez, quer dizer que, na luta ideológica, não pode haver desanuviamento.

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 6, p. 235.

² V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 398.

¹ V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 1, p. 398.

² V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 405.

A firmeza da posição dos comunistas em relação à luta ideológica na época actual pode ser demonstrada pela resposta que L.I. Bréjnev deu a uma declaração do Presidente francês, Giscard D'Estaing. Em Outubro de 1975, o Presidente da França declarou que achava desejável que o desanuviamento existente nas relações políticas entre os Estados continuasse em duas direcções: o desanuviamento no domínio dos armamentos, que só pode ser devidamente realizado à escala mundial, dado o controlo eficaz e o respeito pelo direito dos países em questão em garantirem independentemente a sua segurança; assim como o desanuviamento na competição ideológica, necessário para que a concorrência entre os sistemas económicos e sociais diferentes, devido ao carácter dos povos e dos factores objectivos, não leve à tensão excessiva. Em resposta, L.I. Bréjnev declarou com toda a clareza: «É evidente, no decurso da cooperação entre os Estados com sistemas sócio-económicos e ideologias diferentes, não deixam de existir as particularidades que decorrem destas diferenças de classe. Seria provavelmente uma ilusão supor que se poderia mudar a atitude de cada país em relação aos problemas que este compreende e resolve à sua maneira, devido ao seu regime e suas relações internacionais. O desanuviamento internacional não anula a luta das ideias: é um fenómeno objectivo»¹.

¹ *Pravda*, 15 de Outubro de 1980.

II. A ESSÊNCIA E OS MÉTODOS DA PROPAGANDA SOCIALISTA

No Manifesto Constituinte da Aliança Operária Internacional, Karl Marx exortava a classe operária a «dominar, pelas próprias forças, os segredos da política internacional», colocando perante o proletariado a tarefa de «procurar conseguir que as simples leis da moral e da justiça, pelos quais os indivíduos devem guiar-se nas suas relações, se tornem também as leis supremas nas relações entre os povos»¹.

O trabalho ideológico e de propaganda dos partidos comunistas e operários é a realização concreta desta tarefa colocada pelos fundadores do marxismo.

O mecanismo do trabalho ideológico e os princípios e métodos da execução da propaganda comunista e, em particular, da propaganda do socialismo no domínio da política externa, têm-se criado durante mais de 60 anos, passados desde a vitória, em 1917, da Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. Contudo, as bases essenciais desta

¹ K. Marx e F. Engels. *Obras*, t. 16, p. 11.

actividade foram colocadas por V.I. Lénine antes da Revolução e dotadas de novo conteúdo e de medidas práticas, nos primeiros anos após Outubro.

Lénine frisava sempre que havia uma ligação indissolúvel entre as actividades política e ideológica; entre a política externa e diplomacia, por um lado, e o trabalho de propaganda e informação, por outro.

Colocando os alicerces da política externa do jovem Estado soviético, criando o aparelho completamente novo deste Estado, e formulando as tarefas da diplomacia e dos primeiros representantes diplomáticos do país, V.I. Lénine examinou muito séria e profundamente as formas do trabalho de esclarecimento e propaganda que dizem respeito não só à política externa da Rússia Soviética, mas também às mudanças históricas mais importantes que se davam no primeiro Estado socialista.

O conhecido publicista americano, um dos fundadores do Partido Comunista dos EUA, John Reed, trata isso de maneira muito viva e convincente, no seu livro *10 Dias que Abalaram o Mundo*. Em 26 de Outubro (8 de Novembro) de 1917, às 8 horas e 40 minutos—no dia seguinte à vitória da Grande Revolução de Outubro—abriu-se o II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, onde Lénine fez um discurso. Eis como John Reed o descreve: «A primeira coisa a fazermos—dizia Lénine—devem ser as medidas práticas com vista ao estabelecimento da paz... Devemos oferecer a paz aos povos de todos os países beligerantes,

com base nas condições soviéticas: sem anexações nem contribuições, com base na livre autodeterminação dos povos. Simultaneamente e de acordo com o que prometemos, devemos tornar públicos os acordos secretos e renunciar ao seu cumprimento... A questão da guerra e da paz é tão evidente que parece que posso, sem quaisquer introduções, anunciar o projecto do apelo aos povos de todos os países beligerantes»¹.

Segundo V. I. Lénine, um dos princípios mais importantes da política e, em particular, da propaganda externa, é o princípio da veracidade da reflexão da situação em determinada esfera de actividade. V. I. Lénine partiu da tese de que a garantia principal da compreensão correcta da política do Estado soviético e, por conseguinte, do apoio por parte das amplas massas de trabalhadores—tanto pelo próprio povo do Estado socialista, como pelo povo dos países estrangeiros—é a firmeza de princípios e a coerência desta política. Ao reconhecer a necessidade de flexibilidade na execução da política externa, V. I. Lénine exigia, porém, que a política do Estado socialista tivesse sempre a intransigência de classe e a coerência de princípios.

A realização deste princípio leninista da propaganda do socialismo no domínio da política externa está bem patente em toda a actividade do PCUS e do Estado soviético, a

¹ J. Reed. *10 Dias que Abalaram o Mundo*, Moscovo, 1957, pp. 116-117. (Ed. russa.)

partir do Decreto sobre a Paz, o qual proclamou de maneira clara, aberta e categórica a atitude da República Soviética em relação aos problemas principais das relações internacionais: aos problemas da guerra e da paz. A renúncia aos métodos da diplomacia secreta, a exposição, aos povos de todo o mundo, da política do jovem Estado socialista, a publicação dos acordos secretos da Rússia czarista significavam uma viragem radical na esfera da política e da propaganda externa. Esta propaganda, assim como a própria política externa, baseava-se em factos autênticos, correspondendo, ao mesmo tempo, às aspirações mais profundas dos povos de todo o mundo. «A paz verdadeira dos povos—dizia-se no Decreto do Governo soviético de 13 de Novembro de 1918, assinado por V. I. Lénine—só pode basear-se nos princípios que correspondam às relações fraternas existentes entre os trabalhadores de todos os países e nações e que foram proclamadas pela Revolução de Outubro..»¹.

Mesmo hoje, quando aumentaram em grande escala as necessidades do povo em informações sobre os problemas mais actuais de relações internacionais, as actividades do PCUS e do Estado soviético encarnam o tratamento leninista de problemas da política, ideologia e propaganda, a aspiração de apoiar-se nas massas populares, na sua consciência.

Durante o Poder Soviético foi criado o

¹ *Documentos da Política Externa da URSS*, ed. em russo, Moscovo, 1957, t. 1, p. 586.

aparelho soviético de propaganda referente à política externa que cumpre as complexas tarefas de esclarecimento do ponto de vista soviético a respeito do enorme conjunto dos problemas internos e internacionais. Trata-se da Agência Telegráfica da União Soviética (TASS), Agência de Imprensa «Nóvosti» (APN), de 380 milhões de exemplares dos jornais e das revistas soviéticas escritos nas línguas dos povos da URSS; 150 milhões receptores de rádio; 75 milhões de aparelhos de TV, que se abrem todos os dias nas casas dos soviéticos; há dezenas de milhões de livros e brochuras publicados anualmente pelas editoras soviéticas. Tudo isto significa, que na URSS dezenas de milhões de famílias têm, permanentemente, a possibilidade diária de receber informação sobre os acontecimentos no seu país e em todo o mundo, de receber explicações sobre a política do partido, novos conhecimentos e de se enriquecerem espiritualmente. No que diz respeito ao esclarecimento do ponto de vista soviético quanto à actual situação interna e internacional, é prestada grande ajuda por parte de organizações como o Ministério da Cultura, a União das Associações Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os Países Estrangeiros, as organizações públicas soviéticas da defesa da paz, etc.

A TASS é uma grande agência noticiosa que fornece os seus materiais às redacções de mais de 4 mil jornais do país. Centenas de assinantes estrangeiros recebem as notícias políticas da TASS, a qual transmite, 24 horas

por dia, as suas informações sobre os acontecimentos internacionais. Para dar uma ideia da escala das actividades da agência, basta citar uma declaração feita pelo seu Director-geral, segundo o qual «a TASS pode cercar o globo nove vezes com as suas fitas de teletipo de comunicação bilateral permanente.» A agência utiliza, em larga escala e como a mais segura, a telecomunicação por satélites. A TASS tem mais de 100 representações e centros de imprensa, onde trabalham os profissionais no domínio da informação. Diariamente, mais de 2,5 milhões de palavras ou 10 mil páginas dactilografadas são recebidas e transmitidas pelos teletipos que trabalham com uma velocidade cada vez maior. A agência telegráfica divulga também material fotográfico: todos os anos, a TASS envia mais de 6 milhões de fotos e 2,5 milhões de fotótipos plásticos para 125 países do mundo. As fotos da TASS tratam dos problemas mais vitais das relações internacionais e da vida interna da União Soviética. Além disso, a TASS organiza no estrangeiro as exposições dedicadas à história, realizações e planos do povo soviético e às suas relações internacionais. Com grande interesse foram acolhidas no estrangeiro as seguintes exposições fotográficas: «Pelo Rumo Leninista», «Para o Bem do Povo», «A Grande Façanha», «Moscou Olímpica», «As Artes», etc. Semanalmente, a TASS divulga, em 110 países, revistas fotográficas operativas sobre a vida na URSS.

A APN é uma agência noticiosa muito grande que foi criada, em 1961, pela União

dos Jornalistas da URSS, União dos Escritores da URSS, União das Associações Soviéticas de Amizade, Associação «Znânie» («O Saber») e várias outras organizações. A sua palavra de ordem é «A informação pela paz e amizade entre os povos». A APN é a organização que faz a propaganda no estrangeiro. Publicam-se no estrangeiro, em 60 línguas, revistas, jornais e press-release da APN com uma tiragem total de 2,5 milhões de exemplares. Entre eles tais como a revista *O País dos Sovietes* que se edita na Índia em 12 línguas nacionais e em inglês, com uma tiragem de 12 mil exemplares. Os serviços e representações da APN funcionam em 104 países.

O boletim de imprensa da APN *Daily Review* (5 dias por semana) é uma fonte importante da informação operativa que publica em inglês os materiais mais importantes da imprensa soviética. Este boletim (a tiragem é de 800 exemplares) é enviado às embaixadas e jornalistas estrangeiros acreditados em Moscovo, assim como às representações da APN no estrangeiro, etc. Além disso, a APN envia a estas representações, por via aérea, os seguintes periódicos da agência: *Panorama Soviético* (5 vezes por semana) que publica artigos sobre os acontecimentos internacionais; *O Boletim de Informação*, semanário; *Panorama Latino-Americano*, um mensário em espanhol, e a revista trimestral *A URSS: Cultura, Ciência e Técnica*. Além disso, as redacções territoriais gerais, por pedidos e propostas de representações da APN (no estrangeiro) e também em

correspondência com os seus planos (trimestrais e temáticos), lhes enviam por telex e via aérea, mais de 50 mil artigos originais para publicar na imprensa local. Estes últimos não são notícias, mas, comentários e explicações do essencial.

Anualmente, as edições da APN publicam independentemente e em cooperação com as editoriais estrangeiras, 200-300 livros e brochuras com a tiragem de 200 milhões de exemplares em 20 a 25 línguas. A APN colabora com os órgãos dos «mass media» dos países estrangeiros, realizando este trabalho em 50 línguas e em mais de 100 países. APN publica em muitas línguas estrangeiras o digest *Spútnik* no qual se publicam artigos sobre a vida do povo soviético.

A televisão e a radiodifusão da URSS transmite para o estrangeiro em mais de 70 línguas, numa duração total de mais de 2000 horas por semana. Para os XXII Jogos Olímpicos de 1980 foi construído o novo centro de TV que pode transmitir os seus programas através de 20 canais.

A televisão soviética mantém contactos com 125 organizações de televisão dos países estrangeiros, e a rádio soviética, com 118 contratantes. A partir de 1978, o serviço inglês da Rádio Moscovo funciona 24 horas por dia.

A editorial «Progresso» publica literatura em 48 línguas estrangeiras com uma tiragem anual de 23 a 25 milhões de exemplares. Os livros com a marca da «Progresso» são divulgados em 130 países. A editorial edita as obras

dos clássicos do marxismo-leninismo; materiais dedicados aos principais aspectos da doutrina marxista-leninista; livros sobre o modo de vida soviético, política externa de paz da URSS, legislação, saúde pública, educação, história, economia e a cultura da União Soviética. A União das Associações de Amizade e Relações Culturais com os Povos dos Países Estrangeiros realiza um amplo trabalho de esclarecimento, organiza exposições de fotografias nos centros culturais, exposições de artes plásticas, de cartazes, etc. No total, em 1980, pela União foram realizadas quase 500 exposições de arte e temáticas, dedicadas aos vários aspectos da vida e das relações do povo soviético com os povos dos países estrangeiros. Em 123 cinematotecas, inauguradas nas Casas da cultura soviética junto das Embaixadas e Consulados Gerais em 108 países, realizam-se permanentemente projecções de filmes soviéticos.

Uma realização concreta dos princípios proclamados pela Revolução de Outubro são as relações no domínio da propaganda referente à política externa que se estabeleceram entre os países da comunidade socialista: as relações enriquecidas pela experiência prática da ajuda mútua fraterna e do verdadeiro internacionalismo socialista.

Hoje em dia, já se pode falar do sistema estabelecido de coordenação de propaganda no domínio da política externa, existente entre os países da comunidade socialista. A noção de «propaganda comunista» chegou a significar a actividade conjunta multilateral de toda a

comunidade socialista, e não de um só país.

Durante a conversa com os chefes das delegações-participantes no simpósio internacional «As Bases Científicas da Propaganda Comunista», realizada em Moscovo, o destacado estadista soviético, M. A. Súslov, declarou: «Na nobre luta pelo triunfo das ideias do socialismo científico, cabe um papel importante à cooperação ideológica dos partidos irmãos dos países socialistas, à coordenação da sua propaganda no domínio da política externa. Este papel já é bastante importante e vai aumentando cada vez mais»¹.

Esta coordenação iniciou-se com os encontros e conferências dos chefes de partidos e Estados dos países socialistas, em que foram traçadas as direcções gerais da coordenação da propaganda e contrapropaganda no domínio da política externa e elaboradas as posições coordenadas em relação aos problemas actuais do socialismo real e das relações internacionais.

Na sua intervenção, numa destas conferências, o Secretário do CC do PCUS, B. N. Ponomarev, declarou: «Os encontros dos secretários do CC dos partidos comunistas da comunidade socialista tornaram-se uma forma tradicional, importante e necessária da cooperação prática na esfera da luta ideológica na arena mundial. Nestas conferências existe a oportunidade de troca séria de opiniões acerca dos problemas mais vitais e da coordenação con-

creta do trabalho ideológico, no âmbito do curso comum coerente da política externa dos partidos irmãos.

O mundo do socialismo consolida-se, desenvolve-se e avança pelo Planeta, a passos firmes. Na sua bandeira está escrito: paz, trabalho, liberdade, igualdade, fraternidade e felicidade de todos os povos. São os ideais mais puros, altos e inspirados»¹.

As forças reaccionárias do velho mundo — do mundo da exploração, das crises e da opressão dos direitos do homem — travam contra a ordem social pacífica, o socialismo, uma luta tenaz e encarniçada. Travam-na de maneira frontal, global e constante: volta e meia, aparecem várias invencionices sobre o socialismo, empreendem-se campanhas provocadoras anticomunistas.

«Os partidos comunistas julgam ser seu dever, perante os seus povos e toda a Humanidade, derrotarem esta mentira maciça e organizada. Propagar a verdade sobre o socialismo real é uma das nossas principais tarefas comuns. No século nuclear, muita coisa depende da sua solução»².

As direcções gerais e as posições coordenadas criam a base para o desenvolvimento do trabalho prático no domínio da propaganda e contrapropaganda. Um dos elementos desta actividade é a coordenação do trabalho de informação e propaganda, efectuado pelos

¹ *Pravda*, 14 de Fevereiro de 1975.

¹ *Pravda*, 6 de Julho de 1980.

² *Idem*.

países irmãos da comunidade socialista, nos Estados capitalistas e em vias de desenvolvimento. Por exemplo, além da iniciativa sobre a Conferência da Segurança e Cooperação Europeia, os países socialistas lançaram, ao mesmo tempo, a ideia de formulação dos princípios de actividade dos «mass media» na esfera internacional que contribuísse para o alargamento e aprofundamento do processo de desanuviamiento, cooperação e segurança na Europa e em todo o mundo. Até certo ponto, esta iniciativa foi formulada em Novembro de 1978, na Declaração da UNESCO sobre os princípios básicos da contribuição dos «mass media» para a consolidação da paz e do entendimento mútuo entre os povos, o desenvolvimento dos direitos do homem e a luta contra o racismo, apartheid e contra a incitação à guerra. A Declaração foi aprovada pela XX Conferência Geral da UNESCO em consequência da cooperação estreita entre os representantes dos países socialistas e em vias de desenvolvimento, apesar da resistência por parte de representantes de alguns países imperialistas. Um exemplo da cooperação dos países irmãos da comunidade socialista é a sua activa participação conjunta na preparação e realização dos festivais de cinema dos países socialistas e exposições de fotografias e livros, assim como a edição de boletins de imprensa, livros e brochuras dedicados aos importantes acontecimentos e aniversários na vida dos países da comunidade socialista.

Além disso, as representações dos países socialistas anexas à ONU e à UNESCO utilizam

activamente outras formas de actividade conjunta, visando esclarecer os seus êxitos económicos, políticos, sociais e culturais, e a sua política externa pacífica:

- intervenções na imprensa, rádio e televisão;

- organização das conferências de imprensa sobre as realizações dos países membros do CAME e as possibilidades do desenvolvimento posterior dos seus laços económicos e culturais com outros países;

- propaganda dos materiais sobre os seus países através dos «mass media» dos países capitalistas e em vias de desenvolvimento;

- trabalho de propaganda e informação nas feiras e exposições internacionais, etc.

A utilização activa destas e de muitas outras formas do trabalho coordenado de informação e propaganda contribui directamente para reforçar o carácter activo e eficaz da propaganda socialista no domínio da política externa. Assim facilita o desmascaramento da calúnia e desinformação divulgadas pelos mass média imperialistas sobre a vida dos povos dos países socialistas e a sua política pacífica. Os povos dos países socialistas têm muito mais informação sobre a vida no Ocidente do que as massas trabalhadoras dos Estados capitalistas sobre a realidade socialista. Isto explica-se pelo facto de a classe dominante dos países capitalistas não estar nada interessada em que os trabalhadores destes países saibam a verdade sobre os países socialistas, sobre o seu desenvolvimento social e cultural. Por isso, a tarefa da propa-

ganda socialista no domínio da política externa consiste em levar a verdade sobre o socialismo real às amplas massas populares nos países capitalistas e em vias de desenvolvimento.

O XXVI Congresso prestou especial atenção aos problemas da propaganda socialista, à propaganda dos êxitos dos países socialistas e da sua política externa, como parte importante da luta ideológica na arena internacional. L. I. Bréjnev no Relatório ao Congresso frisou que «... assistimos ao desdobrar da actividade dos meios propagandísticos do nosso inimigo de classe, e à intensificação das suas tentativas de intoxicar a consciência dos soviéticos...»¹ e colocou a questão da necessidade de reorganizar muitos sectores e esferas do trabalho ideológico, para que o conteúdo da propaganda socialista seja mais actual e as suas formas correspondam às necessidades e exigências contemporâneas. Frisou que a propaganda socialista não se deve esquivar às questões agudas nem aos problemas difíceis, e que é necessário saber responder a quaisquer questões de interesse para o leitor, espectador ou ouvinte. E é necessário saber fazê-lo convincente, oportuna e claramente e tendo presente «... que se não lhes dermos atenção, os adversários do nosso país procurarão aproveitar-se disso para caluniarem o socialismo»².

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido...*, p. 102.

² *Idem.*

Esta definição confirma evidentemente a ideia de V. I. Lénine que o socialismo científico e a sua propaganda em caso algum podem deixar os campos da luta ideológica para o seu inimigo que não tardará em aproveitar isto para o reforço da sua ideologia burguesa.

As particularidades da situação internacional actual, o agravamento da luta ideológica, a explosão de informação que reforçou muitas vezes as possibilidades de influência da propaganda hostil em largas camadas da população de vários países e o nível elevado da cultura do ouvinte, espectador e leitor contemporâneos exigem que a propaganda socialista se realize de maneira viva e interessante, sem frases feitas e montões de fórmulas estereis.

O XXVI Congresso do PCUS marcou métodos concretos para garantir a eficiência da propaganda na nova conjuntura: «Cada artigo, no jornal ou na revista, cada transmissão por televisão ou rádio devem ser considerados como um diálogo sério com as pessoas que esperam não apenas uma exposição verídica e operativa dos factos, mas também uma profunda análise e conclusões sérias»¹.

A colaboração e coordenação da luta ideológica dos partidos e países da comunidade socialista adquirem uma importância especial no reforço da ofensiva da propaganda socialista e na informação da opinião pública mundial sobre as verdades do socialismo real,

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido...*, p. 103.

da sua política de paz e especialmente das suas iniciativas para consolidar a paz e o desanuviamento, a sua posição em relação aos problemas mais prementes nas relações internacionais.

No XXVI Congresso do PCUS foi assinado o reforço da colaboração ideológica dos países irmãos, foi marcado o carácter regular das discussões comuns e nas bases multilaterais e bilaterais sobre os mais importantes problemas da política interna e externa incluindo assuntos de colaboração ideológica. Participam activamente neste processo não somente os funcionários de partido e os estadistas, mas também largas camadas da opinião pública dos países socialistas, repúblicas, territórios, regiões, distritos, empresas, e colectivos de produção. Isto ajuda não somente a compreender melhor a essência dos processos, ocorridos num ou noutro país, mas também a conhecer e a usar a experiência de outros povos e a elaborar métodos comuns da resolução de problemas actuais, incluindo os da luta ideológica.

As manifestações comuns dos países socialistas sobre as questões da luta ideológica e a coordenação crescente das suas propagandas não servem somente os interesses dos países socialistas, correspondem também aos interesses mais profundos de todos os povos do nosso planeta, porque estão indissoluvelmente ligadas as noções de «paz» e «socialismo», «socialismo» e «progresso da Humanidade», «socialismo» e «libertação nacional». Esta ideia foi manifestada nos trabalhos do XXVI Congresso do

PCUS, no Relatório do CC do PCUS ao Congresso e nos discursos dos delegados e convidados dos mais variados países: socialistas, capitalistas e os recém-libertados. No seu discurso apresentado ao Congresso, L. I. Bréjnev, ao falar sobre a colaboração dos países socialistas, disse: «Lutamos pela justa causa da paz e da segurança dos povos, pelos interesses dos trabalhadores. Temos a nosso favor a verdade da doutrina marxista-leninista. A nossa força está na unidade e na coesão»!¹

Exactamente por isto a propaganda socialista adquire um carácter cada vez mais amplo, sendo não só uma arma ideológica dos Estados socialistas mas também exercendo frequentemente as funções da única fonte de informação verdadeira para milhões de pessoas, nos países não socialistas do mundo.

Esta circunstância leva objectivamente à necessidade e à racionalidade da colaboração ideológica, e a manifestações comuns dos países da comunidade socialista com os países que se libertaram, na Ásia, África e América Latina.

O exemplo mais evidente disto são as manifestações comuns e mutuamente complementares da propaganda socialista e a dos países em vias de desenvolvimento quanto às questões do terrorismo internacional. A administração do presidente dos EUA R. Reagan começou as suas actividades, em Janeiro de

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido...*, p. 13.

1981, com uma tese duvidosa e muito perigosa para o prestígio internacional do próprio governo americano. O presidente R. Reagan e o secretário de Estado dos EUA, A. Haig, declararam que a União Soviética é o iniciador do surgimento e o organizador das acções de terrorismo internacional. E mais ainda os dirigentes dos EUA apelidaram todas as guerras pela libertação nacional e o movimento libertador de terrorismo internacional inspirado pela União Soviética.

A TASS, na sua declaração de 2 de Fevereiro de 1981, repudiou categoricamente as tentativas dos círculos oficiais dos EUA para associar o socialismo ao terrorismo internacional. O anúncio de que a Organização para a Libertação da Palestina, os Movimentos de libertação nacional e os países da orientação socialista são terroristas volta-se, em suma, contra os organizadores desta campanha.

No comentário «Ronald Reagan — o início a preto e branco» do jornal *Westfälische Rundschau* escreve-se: «Confirmam-se os receios de que no caso de Reagan vencer as eleições presidenciais, Washington voltaria para a ideologia a preto e branco dos anos 50. Não podem existir afirmações mais primitivas de que esta: o terrorismo é tudo o que faz o adversário e que não serve para nós. Carter já tinha tentado tornar ideológicas as relações entre Oriente e Ocidente, mas Reagan superou-o. Neste caso não faz diferença se Reagan na realidade acredita ou não nas aspirações da URSS ao estabelecimento de um Estado comunista mun-

dial. Actua como um malcriado no caso de acreditar nisto e como um cínico no caso de não acreditar. Nem um nem outro são honra do representante, mais altamente colocado, do 'mundo livre'».

As acusações públicas lançadas de modo ultrajante contra o movimento de libertação nacional e endereçadas à maior parte dos povos do mundo que se libertaram do colonialismo, em consequência de luta difícil e longa, acompanhada pelos sacrifícios dos melhores filhos e filhas de povos da África, Ásia e América Latina, despertaram revolta e indignação por parte dos dirigentes da luta pela libertação, dos dirigentes dos países que se libertaram e dos países socialistas.

Como sublinhou, no XXVI Congresso do PCUS, Fidel Castro: «...os imperialistas-ianques tentam colocar um sinal de igualdade entre o terrorismo e o movimento de libertação nacional e a luta dos povos pelas transformações sociais no mundo. Para eles ser revolucionário, lutador pela democracia e ser simplesmente progressista significa ser terrorista. Com esta falsidade e calúnia, tiram a folha de parreira da defesa dos direitos do homem e mais uma vez, com todo o descaramento, se apresentam como gendarmes mundiais».

Os participantes da Segunda sessão da Comissão Internacional para Investigação dos Crimes do Racismo e Apartheid no Sul da África refutaram resolutamente as tentativas das forças do imperialismo em lançar a culpa pelo desencadeamento do terrorismo no

mundo actual sobre a União Soviética e o movimento de libertação nacional e provaram com documentos que é precisamente o imperialismo dos EUA o principal inspirador dos actos de terrorismo dos reaccionários, sionistas e racistas contra os povos que escolhem uma via de desenvolvimento independente, progressista e socialista. Os racistas da República Sul-Africana, somente no período de 30 de Junho de 1976 a 31 de Dezembro de 1980, realizaram 1274 grandes provocações armadas contra a República Popular de Angola. As forças armadas da Pretória, bombardearam 290 vezes cidades e aldeias de Angola e realizaram mais de 50 operações de desembarque. Em consequência destes actos de terrorismo, apoiados pelo imperialismo dos EUA, pereceram 1868 cidadãos angolanos e foram feridas 2548 pessoas. Foram destruídos hospitais, muitas empresas industriais, escolas, plantações, etc.

As tentativas para denegrir a política da União Soviética, Cuba, Checoslováquia e alguns outros países do socialismo, acusando-os de apoio ao terrorismo internacional, viraram-se contra o imperialismo dos EUA, levaram à união mais estreita das forças do socialismo mundial e do movimento de libertação nacional.

Sam Nuyoma, o presidente da SWAPO, no seu discurso no XXVI Congresso do PCUS declarou: «Os imperialistas e reaccionários desdobraram a raivosa campanha anti-socialista de calúnia e de chantagem contra a União

Soviética e seu rumo de princípio de apoio aos movimentos de libertação nacional. Como representante e dirigente do povo oprimido e explorado, gostaria de lhes declarar: para os povos coloniais, oprimidos e explorados, o PCUS e o povo soviético sempre foram e continuam a ser um natural aliado político e ideológico, um amigo fiel, e uma fonte de entusiasmo e apoio seguro».

A referência de S. Nuyoma à união ideológica do socialismo mundial com o movimento de libertação nacional é muito característica. Antes de mais, significa a unidade dos pontos de vista e a ajuda mútua na resistência à propaganda das forças do imperialismo e racismo, na defesa dos princípios nobres da luta dos povos e das suas conquistas. E é um dos exemplos da colaboração dos países socialistas e dos em vias de desenvolvimento no ramo da ideologia. A sua base é a luta comum contra o imperialismo, a sua política e a sua ideologia. Ultimamente, aumenta cada vez mais a base dessa colaboração a par de defesa dos interesses comuns respondendo às aspirações da maioria esmagadora da Humanidade.

Os objectivos da luta contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, pela garantia da paz e segurança para os povos e o estabelecimento da ordem social justa e progressista são comuns tanto para os países da comunidade socialista, como para os países em vias de desenvolvimento e os movimentos de libertação nacional. Portanto, a necessidade de cooperação com os países em vias de desenvol-

vimento torna-se cada vez mais premente. Aumenta a importância da regularização internacional da troca de informação e da elaboração das normas que regulamentam a utilização dos «mass media» nos interesses da paz e do entendimento mútuo entre os países socialistas e em vias de desenvolvimento. Esta cooperação pode continuar a desenvolver-se no âmbito da luta contra o «imperialismo no domínio de informação».

A cooperação com os países em vias de desenvolvimento, e, em primeiro lugar, os de orientação socialista, adquire uma especial importância devido à necessidade da resistência comum à ingerência dos monopólios imperialistas internacionais de informação nos assuntos internos dos países em vias de desenvolvimento, assim como à imposição, pelo Ocidente, das suas concepções ideológicas aos jovens Estados independentes.

Na luta pela descolonização da informação, a União Soviética e os outros países socialistas são aliados naturais dos Estados em vias de desenvolvimento. As iniciativas comuns nesta esfera da actividade internacional demonstram de maneira convincente que, na luta contra o imperialismo e neocolonialismo, os interesses básicos dos povos dos países socialistas e em vias de desenvolvimento são idênticos.

V. I. Lênine assinalava: «Sempre estivemos, estamos e estaremos pela aproximação máxima e pela união dos operários conscientes dos países avançados com os operários, camponeses e escravos de todos os países oprimidos.

Aconselhamos e aconselharemos sempre todas as classes oprimidas de todos os países oprimidos, inclusive as colónias, a não se separarem de nós, mas sim a aproximarem-se e a unirem-se connosco o mais estreitamente possível»¹. Como que lançando o olhar para o nosso tempo, V. I. Lênine profetizava: «Envidaremos todos os esforços para nos aproximarmos e unirmos com os mongóis, persas, indianos e egípcios; consideramo-lo nosso dever e é do nosso interesse fazermos isso, pois, pelo contrário, o socialismo na Europa será instável; tentaremos prestar a estes povos, mais atrasados e oprimidos do que nós, a ‘ajuda cultural desinteressada’... i. é., ajudá-los a passar à utilização das máquinas, ao trabalho menos pesado, à democracia e ao socialismo»².

O desenvolvimento lógico dos grandes ensinamentos de Lênine revela-se pela cooperação multiforme da União Soviética e dos outros países socialistas com os Estados em vias de desenvolvimento; a ajuda desinteressada aos jovens Estados independentes da Ásia, África e América Latina, na consolidação da sua independência nacional e do progresso social; a prestação a estes e a outros países, da ampla ajuda desinteressada, no que respeita ao desenvolvimento cultural, à libertação dos vestígios do colonialismo na esfera da cultura e da informação; e pela ajuda quanto à explicação à opinião pública mundial, do conteúdo real dos

¹ V. I. Lênine. *Obras Completas*, t. 42, p. 120.

² Idem.

processos revolucionários que se dão nestes países.

A necessidade e a racionalidade da colaboração entre os países socialistas e os que se libertaram abrange muitas esferas das relações interestatais, interpartidárias e entre organizações sociais. Já vimos como se realiza no campo ideológico onde a comunidade de pontos de vista, posições e concepções se reflecte mais vivamente.

O mesmo desenvolvimento objectivo histórico torna natural esta colaboração. A política anti-socialista, anti-soviética, antipopular e anti-democrática do imperialismo torna necessária tal colaboração que é o reflexo da mesma lei que aproxima as forças do socialismo real das do movimento de libertação nacional tanto para a luta contra a política agressiva e de sabotagem do imperialismo como para a luta pela paz universal e edificação da sociedade nova.

Testemunham-no as palavras do Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, no seu discurso no XXVI Congresso do PCUS: «Para nós tem uma importância especial a colaboração multiface e mutuamente proveitosa com os países da comunidade socialista. Esta colaboração corresponde à vontade dos nossos partidos e povos e torna-se cada vez mais dinâmica».

A propaganda dos países imperialistas no domínio da política externa tem o carácter de classe bem evidente. V. I. Lênine sublinhava

de modo extremamente perspicaz: «Quando a influência ideológica da burguesia sobre os operários diminui, abranda e enfraquece, a burguesia recorre e recorrerá sempre e em toda a parte à mais desesperada mentira e calúnia»¹.

Ultimamente, o anticomunismo torna-se a principal arma político-ideológica do imperialismo, «cujo conteúdo fundamental é a calúnia ao regime socialista, a falsificação da política e dos objectivos dos partidos comunistas e da doutrina do marxismo-leninismo»². O anti-sovietismo e anticomunismo tornam-se um meio de minar o desanuviamento, um instrumento de incitação para a corrida aos armamentos, de luta não só contra a URSS e os outros países da comunidade socialista, não só contra os comunistas, mas também contra todos os que se opõem à guerra e contra todas as forças amantes da paz.

Ao assinalar o cinismo dos órgãos de propaganda do Estado burguês, o jornal dos comunistas franceses *L'Humanité* escreveu: «A guerra ideológica travada pelo imperialismo é uma guerra global. Os factos e argumentos não têm importância. O único objectivo consiste em assestar um golpe nas forças que ameaçam o poderio do grande capital, onde este é ameaçado, ou que impedem a sua restauração, quando este poderio é eliminado. Do silêncio

¹ V. I. Lênine. *Obras Completas*, t. 25, p. 352.

² *O Programa do Partido Comunista da União Soviética*, Edições Progresso, Moscovo, 1976, p. 57.

selectivo à falsificação da verdade, das insinuações e amálgamas à pura mentira, tudo serve. O fim justifica os meios»¹.

Uma parte considerável dos «mass media» nos países do Ocidente não só não contribui para o reforço da confiança mútua e da cooperação internacional, mas também, pelo contrário, atiza a desconfiança e a hostilidade para com os países socialistas. Os imperialistas transformam a guerra ideológica em guerra psicológica, enganam a opinião pública dos seus países, impõem a sua vontade aos outros povos, com vista a realizarem os planos agressivos hegemónicos. No entanto, é de notar que do tipo de informação difundida no mundo dependem, de modo considerável, o clima internacional, a possibilidade de conjurar a nova guerra desastrosa, a solução dos problemas globais da humanidade e o grau de confiança ou desconfiança mútua dos Estados de sistemas opostos.

No âmbito da propaganda relativa à política externa, levada a cabo pelos diversos grupos anti-soviéticos e anticomunistas, cabe a Washington o papel dirigente. Logo que apareça, em Washington, uma nova desinformação ou calúnia dirigida contra os Estados socialistas, essa torna-se sua, pelos órgãos de imprensa, rádio e televisão dos outros países do Ocidente. A referida «notícia» ocupa o primeiro lugar nas transmissões das mais importantes agências noticiosas e impõe-se de maneira operativa à

¹ *L'Humanité*, 14 de Novembro de 1979.

opinião pública dos países em vias de desenvolvimento e capitalistas.

É precisamente com base no anti-sovietismo (que se realiza a aproximação dos círculos agressivos do Ocidente (em primeiro lugar dos EUA) com os dirigentes chineses. A associação do imperialismo com o hegemonismo de Pequim representa o novo fenómeno perigoso na política internacional, perigoso para toda a humanidade, inclusive os povos americano e chinês. Na aliança do aparelho de propaganda chinês com os serviços de propaganda dos Estados imperialistas ocidentais, Pequim desempenha o papel de parceiro subalterno em relação à propaganda anti-soviética e anticomunista dos EUA. Segundo o jornal dos comunistas dinamarqueses *Land of Folk*, Pequim recebe ajuda material para fazer propaganda anti-soviética. A emissora chinesa «Rádio Pequim» recebe vários milhões de dólares para o aumento do número e tempo das suas transmissões, especialmente para a Europa; encontra-se ao lado das emissoras conhecidas pelas suas actividades provocatórias, como «Liberdade» e «Europa Livre», financiadas pela CIA. O jornal frisa que a actividade destas emissoras está dirigida contra os países socialistas e tem por objectivo minar o processo de desanuviamento internacional por meio da difusão da informação falsa sobre a União Soviética e os outros países socialistas, por meio da propaganda da «guerra fria»¹.

¹ Vide *Pravda*, 1 de Abril de 1980.

Os representantes dos «mass media» do Ocidente que pensam de maneira realista, veem-se obrigados a reconhecer o carácter mentiroso e a orientação anti-socialista da propaganda burguesa. Por exemplo, o jornalista oeste-alemão, Sven Güldenpfenning, escreve: «O modo de informar, por exemplo, sobre a URSS, existente no nosso país, representa, no fim das contas, a violação constante, sistemática e consciente dos princípios acima mencionados (da coexistência pacífica-L.M.); baseia-se no anticomunismo que se compreende não só como a simples negação da ideologia e política socialistas ou como a rivalidade objectiva. É mais provável que tenha a finalidade de lutar contra o socialismo tanto na teoria, como na prática, com todos os meios que considere necessários e possíveis, com vista a liquidá-lo»¹. Na opinião deste jornalista, os participantes da competição de propaganda devem cumprir certas condições e seguir os respectivos princípios: fornecer a informação verdadeira, procurar criar a confiança mútua, manter o diálogo com base na igualdade de direitos. O objectivo disto tudo é conseguir o entendimento mútuo, que só se pode fazer de maneira consciente e coerente, pois, enquanto a opinião pública não estiver habituada à coexistência, está em perigo. Sven Güldenpfenning frisa a seguir que a organização de numerosas campanhas contra a URSS, visando

¹ *Blätter für deutsche und internationale Politik*, № 2, 1980, Pahl-Rugenstein Verlag, Köln, S. 226.

fazer propaganda anticomunista, é a violação do princípio da competição pacífica das ideias. Trata-se da selecção incorrecta de informação, ou seja, das tentativas de descobrir, principalmente, fenómenos negativos como as dificuldades de desenvolvimento e o atraso em alguns sectores, relacionado com as mesmas; da generalização incorrecta de alguns fenómenos e peculiaridades de desenvolvimento em certos países e a atribuição dos mesmos a todo o movimento socialista; e da acentuação incorrecta da importância de certos fenómenos sem se tomar em conta as correlações gerais do desenvolvimento social. Desta maneira, cria-se o quadro negativo do desenvolvimento dos países socialistas. Tanto mais que, ao caracterizar os países ocidentais, empregam-se os mesmos métodos de falsificação, mas de forma contrária, i. é., destacam-se somente os aspectos positivos do seu desenvolvimento e, desta maneira, cria-se um contraste vivo em relação ao quadro negativo acima exposto.

A característica completa dos métodos da propaganda imperialista foi dada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, A. A. Gromiko, num dos seus discursos. Segundo ele, a táctica utilizada por Washington para ocultar a política de fomento da corrida aos armamentos reduz-se ao emprego, cada vez maior, da mentira no sentido mais geral desta palavra. Propagam-se, de forma intensiva, as fraudes a respeito da política externa da União Soviética. Os iniciadores de semelhante propaganda enganam o seu povo, enganam a

opinião pública internacional, enganam-se uns aos outros, mas de modo a manterem-se juntos. Rivalizam na mentira, enviam os seus emissários para todos os lados, para que espalhem esta mentira por todo o mundo: num país, em doses grandes, noutro, em doses menores, mas, mesmo assim, sempre a mentira. E só depois é que fazem o balanço do que conseguiram fazer e do que não conseguiram.

III. A DEMOCRACIA E OS DIREITOS DO HOMEM EM FOCO DA LUTA IDEOLÓGICA

A questão da democracia está no centro da luta ideológica e política entre o mundo socialista e o capitalista. Segundo o marxismo-leninismo, a democracia está indissoluvelmente ligada com a ordem sócio-económica, com a estrutura de classes da sociedade. A democracia burguesa serve a classe que possui os meios de produção e o poder político, i. é., a classe dos capitalistas.

A base económica da democracia socialista é a propriedade pública sobre os meios de produção — uma base segura que permite estabelecer a igualdade entre os homens e a liberdade verdadeira. No socialismo, as massas trabalhadoras participam, não só na votação e nas eleições, mas também na própria direcção. V. I. Lénine assinalava que a democracia autêntica é «a participação, de facto, na direcção do Estado, da maioria esmagadora do povo, ou seja, dos trabalhadores, em vez da direcção do Estado, de facto, em primeiro lugar, pelos representantes das classes burguesas, como se faz nas repúblicas burguesas mais democráticas»¹.

¹ V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 38, p. 91.

A democracia socialista garante, na prática, a todos os cidadãos, a igualdade perante a lei, as liberdades políticas e os direitos sócio-económicos.

Por iniciativa do ex-Presidente dos EUA Carter na segunda metade dos anos 70 a propaganda burguesa tinha preferido o problema dos direitos do homem, como a direcção principal da sua luta ideológica contra a URSS e os outros países socialistas. «O adversário ideológico e os seus serviços especiais,— escreve M. A. Súslov — realizam constantemente as campanhas de propaganda caluniosa que às vezes tomam o carácter de guerra psicológica contra a URSS e os outros países socialistas, não desprezando as provocações abertas. A reacção imperialista procura minar o espírito do desanuviamento, fazer voltar o mundo às origens da «guerra fria». É precisamente com este fim sórdido que foi «inventado» o problema da suposta violação dos direitos e liberdades do homem na União Soviética»¹.

O objectivo principal dos ideólogos burgueses reduz-se não à defesa dos direitos do homem — nada disso — mas sim, ao aproveitamento do problema dos direitos do homem na actividade subversiva anti-soviética. Os artigos da Constituição da URSS que tratam dos direitos, liberdades e deveres dos cidadãos soviéticos são alvo das mais furiosas invectivas.

¹ *A Causa de Todo o Partido*, Colectânea, ed. em russo, Moscovo, 1980, pp. 48-49.

Embora muito elaborada, a propaganda burguesa referente à questão dos direitos do homem evita intencionalmente, mas de modo muito consistente, os aspectos mais importantes deste problema, i. é., as principais questões que dizem respeito à garantia dos direitos do homem nos países socialistas. Concentra-se em certos aspectos de carácter particular e em certas pessoas, deixando passar em silêncio a grande quantidade de pessoas que estão restringidas nos seus direitos nos países capitalistas mas que nos países socialistas os usufruem por completo.

Durante muitos anos, oficialmente desde 1977, a propaganda norte-americana fala sobre as mesmas pessoas: A. D. Sákharov e alguns outros renegados, acusando a URSS de violar os direitos do homem. O mesmo Sákharov tendo sido interrogado sobre a quantidade dos renegados-dissidentes iguais a ele respondeu que na União Soviética não eram mais do que 30 pessoas.

Ao mesmo tempo, dezenas de milhões de pretos, de pessoas de cor, provenientes da América Latina, mulheres, jovens são privados dos direitos mais elementares. O problema não é só esse, mas sim, que o socialismo não só proclama como também garante os direitos com os quais no capitalismo só se pode sonhar. Refere-se, mormente, ao direito à vida e à vida pacífica.

O socialismo garante este direito por uma série de leis e pelas actividades de todo o Estado. O socialismo concedeu o direito à

garantia de habitação. E se se comparar o cidadão soviético com o cidadão do país capitalista que tem toda a plenitude de direitos, mas não tem as suas garantias, esta comparação recai a favor do socialismo. E isto não é tudo.

Todos os Estados, conforme a Declaração Geral dos Direitos do homem, de 1948, têm de fazer todo o possível para garantir um dos direitos básicos do homem, isto é, o direito ao trabalho. A Constituição da URSS proclama e garante este direito. Na União Soviética não existe o desemprego. Isto é muito importante e é um direito real. Uma importância muito grande têm outros direitos, os chamados direitos fundamentais. São os direitos à instrução, à assistência médica em caso de doença, assim como no caso de perda da capacidade de trabalho, e à assistência económica na velhice. Incluem também a igualdade de direitos de todas as nações e etnias, a igualdade real de direitos entre o homem e a mulher. Não podemos dizer, com plena certeza, que estes direitos se pratiquem nos países capitalistas tão plenamente como no Estado socialista.

Na campanha de calúnias sobre os direitos do homem na URSS, realizada pelo Ocidente, trata-se frequentemente das questões relacionadas com a religião, situação da igreja e dos crentes. A razão da atenção sobre este assunto, por parte da propaganda anti-soviética ocidental, é a intensificação das tentativas da igreja para exercer influência sobre os acontecimentos da vida política.

As publicações anti-soviéticas dedicadas aos problemas de religião são preparadas por centros especiais sob a capa de diversas organizações científicas, religiosas ou de investigação.

As organizações americanas destacam-se pela sua orientação anti-soviética. Também na RFA apareceram ultimamente várias publicações em que se falsifica a política do Governo soviético em relação à igreja e religião e se fazem tentativas para convencer a população dos países ocidentais de que os crentes na URSS teriam uma atitude hostil para com o regime soviético e a política do Partido e do Governo.

Os factos demonstram o contrário:

— Na União Soviética a liberdade de consciência é garantida na prática pela Constituição. Isto manifesta-se na separação absoluta da igreja do Estado, não intervindo as organizações religiosas nos assuntos do Estado e vice-versa, assim como na concessão a cada cidadão, do direito de professar qualquer religião ou de não professar nenhuma.

— A maioria esmagadora da população da URSS é atea, contudo, não existe, no país, a divisão em crentes e ateus, pois todos os cidadãos soviéticos gozam de iguais direitos constitucionais.

— A lei protege de modo igual o direito dos crentes de executarem diversas cerimónias e cumprirem os seus deveres religiosos. Ao mesmo tempo, todos os cidadãos têm o direito de realizar a propaganda de ateísmo científico.

— É proibida a utilização da igreja pelas

organizações religiosas para fins políticos, dirigidos contra os interesses do Estado e da sociedade soviética.

— O Estado concede, para usufruto das entidades religiosas, os templos e casas de oração para a realização dos cultos, assim como o direito de adquirirem os edifícios e meios de transporte de que precisam.

— As organizações religiosas preparam os seus quadros independentemente, sem a ingerência por parte do Estado. Além de conceder o direito à formação dos sacerdotes nos estabelecimentos de ensino eclesiásticos, o Estado oferece às igrejas a possibilidade de enviarem os seus quadros para o estrangeiro, com vista a estudarem em vários estabelecimentos de ensino eclesiásticos.

— Os centros religiosos e estabelecimentos eclesiásticos podem editar literatura eclesiástica, como a Bíblia Sagrada, o Corão, revistas e calendários de igreja, etc. Com este fim, o Estado oferece-lhes papel e tipografias.

— As organizações religiosas têm o direito de manter contactos com os seus correligionários no estrangeiro, e fazem-no, na prática, de maneira muito activa.

— Não é proibida, na URSS, a educação religiosa dos filhos—mas só pelos seus pais, pois a religião considera-se um assunto particular dos cidadãos. É proibido, por lei, o ensino religioso das crianças de forma colectiva e organizada nas escolas.

A enorme experiência das relações do Poder Soviético com a igreja, a legislação

soviética que define os direitos e deveres dos crentes, a política em relação à religião islâmica e outras, desmentem de modo convincente as diversas insinuações que visam opor o socialismo real à religião, quer russa ortodoxa, quer católica ou outra qualquer.

Os direitos políticos e sócio-económicos dos cidadãos da URSS não se criaram de uma só vez: foram assegurados no processo de desenvolvimento da economia da União Soviética, de aumento de poderio da URSS e da solução das suas tarefas nacionais. O socialismo não só proclama estes direitos, mas também garante a sua realização.

Os objectivos principais dos «advogados dos direitos do homem» do Ocidente não são a defesa dos direitos do homem, mas a utilização dos assuntos, ligados com os direitos do homem, nas actividades subversivas anti-soviéticas e as tentativas de criar na URSS e nos outros países da comunidade socialista «uma oposição interna» oposta ao socialismo, mas resignada à vontade dos manda-chuvas imperialistas do Ocidente e que pode servir de apoio nas manifestações contra o regime socialista.

Assim, trata-se da realização de sabotagens ideológicas, da preparação de elementos estranhos ao sistema nos países socialistas. Esta estratégia não é nova, vem de há muito. O novo é só que as pessoas do nível mais elevado na administração do Ocidente encabeçam estas ingerências nos assuntos internos de outros Estados.

As tarefas de sabotagens ideológicas contra os países socialistas, os métodos de como «afastar à força» o comunismo através de meios pacíficos são assim formulados numa das publicações da República Federal Alemã: «Introduzir a nossa ideologia na vida social dos Estados comunistas, com muito cuidado e subtileza psicológica, por meio de todos os métodos modernos de propaganda. Contribuir para o fomento da indiferença para com os objectivos da construção do comunismo, aproveitando as diferenças nacionais, preconceitos religiosos e fraquezas da natureza humana como a curiosidade, a vaidade feminina, o gosto pelos divertimentos, etc. Assinalar, sem acanhamento, os defeitos económicos e morais..., com vista a levar a população à resistência passiva...

Se o Estado comunista pune algumas pessoas, convém apresentar estas acções como ilegais e fazer com que se tornem conhecidas em toda a parte, despertem simpatia e provoquem um novo descontentamento para com o sistema comunista... Desta maneira, as pessoas no Estado comunista tornar-se-ão os portadores, conscientes ou não, das ideias ocidentais, criando-se na sociedade o sentimento de descontentamento geral. Isso criará—sem emprego da violência—as condições para as transformações internas, para o golpe de Estado»¹.

O público que, no início, o Ocidente conseguiu ganhar nos seus países, interessa-se

¹ *Außenpolitik*, Heft 11, 1962, S. 773-774, Deutsche Verlagsanstalt, Stuttgart, 137 g.

cada vez menos por estes «lutadores pela liberdade e os direitos do homem», dada a sua nulidade política e a falta absoluta de quaisquer motivos além da propaganda de si próprio e da prontidão de servirem a quem quer que pague.

Quanto mais ampla e barulhenta era a campanha pela defesa dos direitos do homem, levada a cabo no Ocidente, mais evidente se tornava o seu carácter demagógico. Assim, o ex-Presidente do Tribunal Supremo dos EUA, E. Warren, indicou que os EUA estão na «longa e triste lista» dos Estados ocidentais que não ratificaram muitos dos acordos principais referentes aos direitos do homem. Até aos princípios de 1979, os EUA não ratificaram 30 dos 40 acordos actualmente em vigor. Não participam na Convenção Internacional de Prevenção e Punição dos Crimes de Genocídio (1948); Convenção Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Tratado Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966); Tratado Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); Convenção de Não Aplicação da Prescrição aos Criminosos de Guerra e Crimes contra a Humanidade (1968); Convenção Internacional sobre a Repressão e Punição do Crime de Apartheid (1973), etc.

Em 1978, o Departamento de Estado dos EUA organizou uma conferência para apoiar a política externa no que respeita aos direitos do homem. Segundo a revista americana *Foreign Affairs*, foi «uma verdadeira torre de Babel»:

as feministas insistiam na adopção imediata da emenda constitucional sobre os direitos iguais para as mulheres; os pretos pediam que se defendesse «a nação agonizante da América»; os americanos de origem japonesa exigiam as reparações pela sua estadia nos campos de concentração da Califórnia durante a Segunda Guerra Mundial; os latino-americanos condenavam a brutalidade da polícia americana; os índios exigiam a realização dos seus direitos baseados nos acordos referentes às terras ricas em minérios. Um dos resultados da conferência foi a proposta de que as vítimas das violações dos direitos do homem nos Estados Unidos da América criassem uma comissão de controlo do cumprimento dos acordos de Helsínquia.

Em 4 de Julho de 1980, aquando da celebração do Dia de Independência dos EUA, o jornal *New York Daily News* escreveu: «Não se pode negar que, do ponto de vista dos milhões de americanos, o objectivo das oportunidades iguais nunca chegou a realizar-se no que respeita aos pretos, outras minorias nacionais e mulheres, que continuam a lutar pela ratificação da emenda constitucional sobre os direitos iguais. Nos ramos de importância vital, como a assistência médica, o emprego e a habitação, a diferença entre estas minorias e a maioria esmagadora dos americanos brancos continua a ser enorme e até pode vir a aumentar»¹.

¹ *The New York Daily News*, 4 de Julho de 1980.

Ao caracterizar a situação no país, o Secretário-geral do Partido Comunista dos EUA, Gus Hall, escreveu: «Vivemos em condições de luta ideológica encarniçada que se realiza a muitos e diversos níveis, sob muitas formas e à escala mundial. Os 'mass media', as universidades e as editoriais, todos eles procuram ocultar o facto de participarem na luta ideológica. Ao ouvi-los, pode pensar-se que são verdadeiros 'amantes da paz'. As universidades pretendem que professam 'as actividades científicas objectivas'. Os editores afirmam que os seus livros não têm base ideológica, que meramente expressam 'a ampla diversidade existente na sociedade pluralista'».

No entanto, são apenas palavras elevadas que se dizem porque servem os interesses dos que as dizem. Aliás, como agir? Reconhecer que defendem o capitalismo monopolista? Agora é impossível defender abertamente o sistema de exploração e racismo. Como é que se pode defender sinceramente o sistema sócio-económico que financia a destruição da colheita quando milhões de pessoas passam fome; o sistema que cria deliberadamente faltas, para que os bancos e companhias possam aproveitá-las para aumentarem os preços? Como é que se pode defender o sistema que se baseia na injustiça, desigualdade e repressões?

Visto ser impossível defender sinceramente um sistema assim, o capitalismo monopolista utiliza a mentira e a calúnia como arma

na guerra ideológica»¹.

O estímulo principal da intensificação da propaganda ocidental a respeito dos direitos do homem é a continuação das graves dificuldades económicas no mundo capitalista, i. é., o desemprego em grande escala, a inflação, a subida dos preços, a baixa do nível de vida das amplas massas de população e, com base nisso, o agravamento dos conflitos sociais, a privação da grande parte da população dos direitos políticos mais básicos. Nestas condições, recorre-se à propaganda anti-socialista como a uma espécie de amortecedor que protege os círculos governantes dos países imperialistas do descontentamento e indignação das massas trabalhadoras.

As publicações da imprensa ocidental sobre este tema caracterizam-se cada vez mais pelas calúnias, adulterações de factos e dados estatísticos, e acentuação das faltas e dificuldades temporárias ocorridas nos países socialistas. O planeamento, a política de preços e salários, actividades dos sindicatos, e a carência de certas mercadorias são os alvos dos ataques.

Mas a realidade objectiva abre o seu caminho, apesar de todas as artimanhas da propaganda imperialista darem o preto pelo branco e enganarem grandes massas nos países capitalistas.

Tudo isto demonstra que os Estados socialistas estão à testa da luta pela garantia real dos direitos do homem. Na Declaração da reunião

do Comité Político Consultivo dos países socialistas que se efectuou em Moscovo, em 23 de Novembro de 1979, expressa-se a convicção, de que «a democracia genuína e o humanismo verdadeiro são incompatíveis com a manutenção da desigualdade económica, social e política, com a discriminação nacional e racial. Só no socialismo é que se garante o respeito pelos direitos políticos, civis, económicos, sociais, culturais e outros, e o acesso livre de todos os membros da sociedade ao trabalho, educação, cultura, ciência, à participação na direcção do Estado. O próprio surgimento da nova ordem social deve-se à aspiração de tornar real o direito básico do homem: o direito à existência digna sem exploração, à criação das condições para o livre desenvolvimento do indivíduo»¹.

¹ *The New York Daily News*, 4 de Julho de 1980.

¹ *Pravda*, 24 de Novembro de 1979.

IV. A COEXISTÊNCIA PACÍFICA E O MITO DA “AMEAÇA MILITAR SOVIÉTICA”

A viragem para o desanuviamento internacional que se iniciou na primeira metade da década de 70, significava a renúncia aos princípios da “guerra fria” que foram minuciosamente elaborados pelos estrategistas e ideólogos do anticomunismo.

O desanuviamento é um processo que decorre das exigências objectivas do progresso social. Comprova a vitalidade da ideia leninista da coexistência pacífica, que inclui tanto a possibilidade de excluir a guerra da vida da sociedade, como a necessidade da concorrência pacífica entre o socialismo e o capitalismo.

É de notar que uma das razões que provocou esta viragem histórica foi, em primeiro lugar, o aumento do poderio e do prestígio internacional do país dos Sovietes e de toda a comunidade socialista. “O êxito da causa do desanuviamento internacional — disse L. I. Bréjnev — inspirou e consolidou as forças da paz e do progresso, aumentou o seu prestígio e influência no seio das massas. Mostrou a validade da atitude assumida pelos representantes dos círculos governantes dos países

burgueses que pensam de maneira realista. No entanto, foi esse mesmo êxito que tornou inquietas e activas as forças de reacção e militarismo, os que gostavam de puxar a Europa e todo o mundo para trás, para os tempos da ‘guerra fria’ e o equilíbrio à beira da catástrofe nuclear”.¹

Na esfera da política externa, os ideólogos e propagandistas imperialistas têm-se mantido, durante todos estes anos, na vanguarda dos inimigos consequentes do desanuviamento. A principal concepção ideológica aproveitada pelo Ocidente para lutar contra o processo do desanuviamento, contra o socialismo mundial e pelo regresso à guerra fria, é a invencionice da “ameaça militar soviética”.

Há muito que a tese da “ameaça soviética” ocupa o primeiro lugar na propaganda anti-soviética do Ocidente, tanto no que diz respeito ao número dos materiais publicados, como do ponto de vista da interpretação dos vários acontecimentos da vida internacional. Actualmente, esta tese é desenvolvida em toda uma concepção ideológica, destinada à utilização propagandística a longo prazo. Quanto ao conteúdo, a tese da “ameaça soviética” pode ser dividida em três grupos principais:

1. “A ameaça política da parte da URSS” ao “mundo livre” do Ocidente, por parte do “expansionismo soviético”, “hegemonia soviética”, “imperialismo soviético” ou “social-

¹ L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, ed. em russo, Moscovo, Politizdat, 1978, t. 6, p. 50.

imperialismo” (as duas últimas definições foram sugeridas à propaganda anti-soviética ocidental pelos dirigentes de Pequim).

2. “A ameaça militar soviética”.

3. “A ameaça ideológica soviética” ou “a ameaça de penetração do comunismo”.

A tese da “ameaça militar soviética” tornou-se não só propagandística, mas também ideológica e política. A propaganda burguesa considera-a uma tese estratégica a longo prazo. Enquanto não for criado o ambiente de confiança e compreensão da necessidade de garantir o desanuviamento e a coexistência pacífica, esta tese continuará a existir. Os homens públicos dos Estados ocidentais guiam-se pela mesma tese, para fundamentar a necessidade do aumento constante das despesas militares. É precisamente esta tese que se utiliza pela propaganda ocidental para justificar a política militarista.

Os países socialistas desmascaram de forma bem fundamentada o mito da “ameaça militar soviética”. Na Declaração dos Estados membros do Tratado de Varsóvia, adoptada em Varsóvia, em 15 de Maio de 1980, declara-se: “Conseguir o progresso no desanuviamento militar na Europa — eis a necessidade objectiva e mais urgente. A importância primordial, a este respeito, cabe à consolidação e ampliação das medidas que visam o estabelecimento da confiança mútua; à renúncia ao uso da força ou ameaça de a usar; à redução das forças armadas e armamentos de cada Estado ou grupo de Estados de modo a servirem exclusi-

vamente as necessidades de defesa; e à renúncia mútua às tentativas de conseguir a superioridade militar.

Os participantes da Conferência julgam que não há, nem pode haver obstáculos invencíveis no caminho das medidas práticas com vista ao desanuviamento militar na Europa, desde que todas as partes interessadas queiram contribuir de maneira construtiva para a solução deste problema”¹.

Actualmente, existe o equilíbrio entre as forças armadas e potenciais militares dos Estados Unidos da América e a União Soviética, os países da NATO e os países do Tratado de Varsóvia. A URSS observa rigorosamente os compromissos que assumiu, mantendo consequentemente o princípio de segurança igual. A União Soviética pensa que, para as necessidades de defesa, são suficientes uma igualdade aproximada e a paridade; não coloca perante si o objectivo de superioridade militar. O próprio conceito perde o sentido, dada a existência dos enormes arsenais das armas atómicas já acumuladas e dos meios do seu transporte.

O facto da igualdade das forças armadas é reconhecido não só pelos dirigentes soviéticos. Semelhantes declarações fizeram-se a nível da direcção política e militar suprema dos mais influentes países do Ocidente. Assim, das declarações feitas, por exemplo, por J. Carter, H. Brown e H. Schmidt, decorre o reconhecimento de que, primeiro, entre os EUA e a

¹ *Pravda*, 16 de Maio de 1980.

URSS existe uma grande estabilidade no que se refere às armas estratégicas e correlação das forças não nucleares no teatro europeu; segundo, assiste-se ao refreamento estratégico recíproco; terceiro, não há dúvida de que este equilíbrio continua a existir. No entanto, quer isto dizer que atrás destas declarações está uma posição realista, baseada na compreensão da inutilidade absoluta dos esforços que visam destruir, minar esta igualdade? A paridade estratégica não agrada às forças agressivas do imperialismo: procuram encontrar novos meios para assegurar a sua supremacia.

Os EUA estão à testa das preparações militares. Durante os últimos dez anos duplicaram as suas despesas militares. Os “consórcios de morte”, todo o complexo militar e industrial transatlântico, não ocultam o seu regozijo a respeito da divulgação do orçamento dos Estados Unidos para 1980, em que se concede ao Pentágono a soma inaudita de 161,8 biliões de dólares. Além disso, foi anunciado que este orçamento do Pentágono é apenas a primeira etapa na escalada das despesas militares nos próximos anos.

Citando, fase por fase, a estatística desta escalada, a imprensa americana informa que, até ao ano de 1985, o orçamento militar dos EUA atingirá 253,2 biliões de dólares. Semelhante tendência reflecte, de modo patente, a orientação agressiva da política de Washington. Criam-se novas cabeças explosivas de carga nuclear mais potente, para os mísseis balísticos intercontinentais “Minuteman” já existentes.

Constroem-se e instalam-se novos mísseis balísticos intercontinentais móveis “MX”, pretendendo-se instalar 200 unidades de “MX”, cada uma das quais será munida de 10 cabeças explosivas de orientação individual. Segundo a apreciação do Pentágono, poderão transportar cargas nucleares até ao alvo, com uma precisão muito melhor do que os mísseis actuais “Minuteman”. J. Carter declarou que a adopção do sistema “MX” aumentaria consideravelmente o potencial do golpe nuclear assestado em grande número contra os alvos soviéticos.

A Marinha de Guerra dos Estados Unidos começou a adoptar, nas suas forças de combate, os submarinos porta-mísseis estratégicos, munidos do novo míssil “Trident-1”. Na década de 80, propõe-se adoptar novos submarinos porta-mísseis que, diferentemente dos existentes, levarão não 16, mas 24 mísseis balísticos, sendo cada um destes munido de ogivas múltiplas e autoguiadas.

Aperfeiçoam-se os bombardeiros estratégicos “B-52” (actualmente existem, nos Estados Unidos, cerca de 600 deste tipo). Cada um destes bombardeiros é capaz de transportar simultaneamente até 20 bombas nucleares. Segundo os especialistas, está praticamente acabado e pronto para a produção, em série, o novo bombardeiro estratégico “B-1”.

Realiza-se, em grande escala, a elaboração dos mísseis “Cruise” de grande alcance (2600 km) de lançamento de todos os tipos: aéreo, aquático e terrestre. Assim, a imprensa ocidental dá informações sobre a produção, entre

1981 e 1985, de vários milhares de mísseis “Cruise” de lançamento aéreo, pretendendo-se reequipar mais de cem bombardeiros “B-52” com vista a poderem transportar os referidos mísseis. Além disso, o Pentágono tenciona criar aviões de fuselagem larga do novo tipo, cada um dos quais poderá transportar até 75 mísseis “Cruise”. O Ministro das Forças Aéreas dos EUA qualificou a decisão referente aos mísseis “Cruise” como um marco importante na história da “intimidação estratégica”, que se fará sentir de modo considerável no balanço estratégico.

A orientação principal dos planos para conseguir a supremacia em relação à União Soviética é a criação do “potencial nuclear euro-estratégico” da NATO. É isso mesmo o que se visa com a decisão de instalar na Europa Ocidental os mísseis americanos de médio alcance (108 plataformas de lançamento “Pershing-2” e 464 mísseis “Cruise” com base em terra), não se tratando de mísseis “modernizados”, como os funcionários da NATO tentam persuadir a opinião pública, mas sim de mísseis completamente novos que devem completar mais de mil unidades já existentes dos meios da “linha da frente” dos EUA, assim como os meios correspondentes dos outros países ocidentais que alcançam o território da União Soviética. Caso não encontrasse resistência, a realização dos planos da NATO conduziria a uma viragem considerável na correlação de forças a favor do Ocidente. Assim, segundo os dados do Instituto Internacional dos Proble-

mas da Paz, em Estocolmo, os EUA têm actualmente, na Europa Ocidental, 108 plataformas de lançamento “Pershing-1a” de cabeça explosiva monobloco, de 740 km de alcance. Os mísseis “Pershing-2” que os devem substituir (2500 km de alcance), podem ter várias cargas, i.é., o número das cargas nucleares por eles transportado é capaz de, no mínimo, triplicar. A isto adicionam-se as centenas de cargas nucleares dos mísseis “Cruise”.

Quanto aos mísseis soviéticos que no Ocidente se chamam “SS-20”, esta arma, como já foi declarado mais de uma vez ao mais alto nível, destina-se ao cumprimento das mesmas tarefas que tinham os mísseis de médio alcance por ela substituídos.

Os “mass media” do Ocidente esforçam-se ao máximo para criar o ambiente de nervosismo e o pânico entre os habitantes dos seus países, por causa da “ameaça militar soviética”. Assim, por encomenda e por conta de uma das organizações reaccionárias, “A Liga Conservadora Americana”, foi feito o filme de televisão “O Poderio Soviético. O Mito Americano: os Estados Unidos ficam para trás”¹. Sendo dirigido contra o tratado SALT-2, o filme repete os tradicionais estereótipos anti-soviéticos sobre o chamado “aumento do poderio militar soviético”. Ao intimidar os espectadores com as suas manias anti-soviéticas, os participantes do filme-entrevista tentam im-

¹ *The Soviet Might. An American Myth: United States are pulling back.*

pressioná-los com a torrente de “factos” sobre a mudança drástica do balanço militar a favor da União Soviética. O Senador Goldwater declara na sua entrevista: se anteriormente os EUA tinham 200 mísseis balísticos intercontinentais mais do que a URSS, hoje em dia têm 400 menos; a vantagem americana de 600 submarinos de mísseis da classe “Polaris” passou a ser um atraso de 150; a vantagem dos EUA em bombardeiros estratégicos diminuiu de 500 para 300; se anteriormente os EUA tinham, em relação à União Soviética, uma vantagem de 1000 aviões tácticos, agora estão atrasados em 1000; quanto ao número de divisões, o atraso americano aumentou de 125 a 150; a vantagem dos EUA de 120 navios de guerra pesados passou a ser um atraso de 60; o atraso em tanques aumentou de 28 000 para 39 000.

Ao explicar as causas destas mudanças tão “alarmantes”, Goldwater alega que a URSS gastaria anualmente, em despesas militares, 40% mais do que os EUA. Não apresenta mais explicações, pois, simplesmente, não existem. Para deixar o homem da rua em estado de confusão absoluta, o Senador declara que, devido à vantagem soviética no domínio da defesa civil, a URSS perderá, em resultado da guerra termonuclear, apenas 10 milhões, enquanto que os EUA, 20 milhões de pessoas.

O Senador Garn, outro participante de filme, fundamenta o inaceitabilidade do tratado SALT-2 da seguinte maneira: os bombardeiros “estratégicos” soviéticos “Backfire”,

“Badger” e “Blinder” não se incluem no tratado, levando-se, porém, em conta todos os bombardeiros estratégicos americanos; a União Soviética receberá a oportunidade de instalar até 850 mísseis balísticos intercontinentais pesados com 6 mil ogivas de alta precisão, capazes de causar grande prejuízo aos mísseis americanos “Minuteman”, sendo proibido aos EUA, durante pelo menos 3 anos, criar semelhante sistema de mísseis; o tratado proibirá a instalação dos mísseis “Cruise” de lançamento terrestre e aquático por um período de pelo menos 3 anos, em condições tais que a URSS pode exterminar, por meio dos mísseis navais de pequeno alcance, 50% da população americana, e os EUA, apenas 10% da população da URSS; as limitações à criação dos novos tipos dos sistemas de mísseis oferece vantagens à União Soviética que actualmente faz experiências com 8 novos modelos de mísseis balísticos intercontinentais, enquanto que os EUA não experimentam nenhum; finalmente, o tratado não prevê o controlo local, o que permitirá à União Soviética infringir o mesmo.

O Senador Garn apela aos americanos para exercerem pressão sobre a administração dos EUA, com vista a conseguir-se a “supremacia estratégica evidente” em relação à União Soviética; criar uma combinação poderosa da defesa anti-míssil, anti-aérea e civil, para a maioria dos americanos sobreviverem a qualquer ataque nuclear; conseguir essa supremacia pela qualidade dos armamentos a fim de que os EUA possam vencer numa guerra “convencional”;

minar qualquer acordo sobre o controlo dos armamentos; impedir, através dos meios positivos não militares, a propagação da influência comunista no mundo; instigar todos os povos que estão “sob o controlo comunista” a utilizarem o seu direito à autodeterminação.

Os argumentos contra o tratado SALT-2 e a favor da corrida aos armamentos, apresentados no filme, destinam-se, em primeiro lugar, às camadas mais atrasadas e mal informadas da população americana, o que constitui a maioria e cuja influência na política externa de Washington é bastante grande.

Estes argumentos também se utilizam por outros inimigos do SALT-2. O Senador Jackson, por exemplo, afirma que o tratado dá “vantagens unilaterais” à União Soviética, porque à parte soviética seria permitido instalar mais de 300 mísseis balísticos intercontinentais “pesados modernos”, e aos Estados Unidos, nenhum; tomam-se em conta todos os bombardeiros estratégicos dos EUA, mesmo os desmontados e conservados, não se incluindo, de forma nenhuma, no tratado os novos bombardeiros soviéticos “Backfire”, cujo número no período da vigência do tratado, pode chegar aos 400; os mísseis “Cruise” americanos de 400 milhas de alcance, estacionadas na Europa ocidental, serão proibidos, diferentemente dos mísseis balísticos soviéticos “SS-20” que também estão no teatro europeu e têm um alcance superior a 4 mil milhas.

De onde é que vêm estes dados? É pouco provável que os funcionários do Governo,

generais e oficiais, sábios e engenheiros, administradores e diplomatas, quer dizer, todos aqueles que, juntamente com os homólogos soviéticos, elaboraram o tratado SALT-2, estejam menos informados, quanto aos pormenores militares e técnicos dos armamentos de vários países, do que os tagarelas dos senadores.

Em toda esta actividade, uma coisa é evidente: os esforços para intimidar, por todos os meios, o homem comum ocidental, com a “ameaça militar soviética”.

Mas de que ameaça proveniente da União Soviética é que se pode falar, se esta insiste, de modo consequente, para que todos os assuntos se resolvam em pé de igualdade? Que ameaça é que pode partir da União Soviética, se ela apresenta, uma após outra, as sugestões concretas que visam a suspensão da corrida aos armamentos e o desarmamento? Se ela procura de uma maneira persistente que o tratado SALT-2 seja concluído com base no princípio de igualdade? Todas as invencionices acima mencionadas dos ideólogos e estadistas imperialistas se destinam a enganar os povos e a enganar a opinião pública. A tese segundo a qual a União Soviética representa uma ameaça à paz e procura passar à frente, no domínio do armamento, é pura mentira.

Nesta guerra psicológica, a falsificação deliberada dos factos não se faz espontaneamente. De modo operativo e bem organizado, a informação falsa provém das camadas mais altas do poder do Estado. Um exemplo disto é

a brochura *Tratado SALT-2*, que contém o resumo do mesmo, publicada pelo Departamento de Estado dos EUA. A dita brochura foi enviada aos “mass media” dos EUA com o fim de esclarecer a atitude da administração para com o tratado SALT-2. Num dos itens da brochura, intitulado “Backfire”, diz-se o seguinte: “A União Soviética assumiu o compromisso de não aumentar o ritmo de produção do bombardeiro ‘Backfire’, em relação ao existente. Isto quer dizer que os Sovietes se comprometeram a não fabricarem mais de 30 ‘Backfires’ por ano. Os Estados Unidos consideram este compromisso em relação ao ‘Backfire’ como uma parte integrante dos compromissos, assumidos pelas partes de acordo com o conjunto do tratado. As obrigações da União Soviética em relação ao ‘Backfire’ têm a mesma força jurídica que o resto do tratado SALT-2. Portanto, caso a União Soviética as infrinja, os Estados Unidos podem rescindir o tratado”. É de notar que se trata de uma mera falsificação. Semelhante falsidade relativa a um acordo de tão alto nível sobre uma questão de tanta responsabilidade não tem precedentes. Foi o aparelho de propaganda dos EUA que divulgou esta invencionice que não corresponde de forma nenhuma à essência dos acordos entre os dois governos.

Em 12 de Dezembro de 1979, os países da NATO deram um novo passo em direcção ao aumento unilateral dos seus armamentos. Foi decidido instalar, na Europa, os mísseis de médio alcance. Tendo em consideração o facto

de esta acção se ter efectuado sob pressão muito activa por parte da administração americana, pode imaginar-se quão inesperada foi esta decisão. Um país assina o tratado SALT-2 e, passados 5 meses, toma uma decisão dirigida completamente contra o SALT-2. Desta maneira, os EUA insistiram na tomada das decisões que criaram obstáculos novos e dificilmente superáveis no caminho de desenvolvimento. A administração americana não pode resistir à tentação de assegurar a supremacia militar sobre a União Soviética e começou uma nova fase dos armamentos. Guiando-se pelos interesses da paz e da segurança, a URSS voltou a apresentar uma proposta com vista a superar a difícil situação que foi criada pela decisão da NATO de fabricar e instalar na Europa Ocidental novos mísseis americanos de médio alcance. Durante as conversações com o Chanceler da RFA, realizadas em Junho de 1980, em Moscovo, L. I. Bréjnev propôs efectuar as conversações em que se discutiriam, simultaneamente e numa interligação orgânica, as questões referentes tanto às armas nucleares de médio alcance na Europa, como os meios nucleares americanos da “linha da frente” já existentes. Assim foi dado um novo passo que mostra o espírito pacífico da União Soviética, a sua decisão de discutir as questões relacionadas com os destinos da Europa e do mundo inteiro.

A propaganda imperialista e os seus dirigentes tentaram mais de uma vez avaliar à sua maneira o significado dos acordos sobre o

desanuviamento já realizados. Então, referindo-se aos acordos de Helsínquia, a propaganda ocidental diz que a União Soviética não pode apoiar o movimento de libertação nacional, por exemplo, em Angola ou na Etiópia, no Iémene do Sul ou no Afeganistão, na Nicarágua ou no Campuchea, etc., pois isto contradiria o espírito do desanuviamento e do entendimento mútuo entre a URSS e os Estados imperialistas.

A União Soviética declarava repetidamente que o desenvolvimento revolucionário e de libertação é um assunto interno de cada povo, não podendo imiscuir-se nos mesmos. Trata-se do compromisso de não utilizar a força na solução dos problemas das relações com outros Estados e não da inaceitabilidade das mudanças do regime político neste ou naquele país. No entanto, são precisamente os defensores desta tese que exercem as funções de polícia na Ásia, África e América Latina, ao apoiarem os regimes corruptos destes continentes que caem sob os golpes da indignação popular.

Não é novo o assunto da corrida aos armamentos que se procura impor à União Soviética: foi traçado há muito tempo pelos estrategistas dos Estados imperialistas. Assim, em 31 de Outubro de 1979, o jornal *Washington Post* publicou um artigo de J. Anderson¹, onde se trata do programa da campanha contra a URSS. O programa está redigido num

¹ *The Washington Post*, 31 de Outubro de 1979.

memorando secreto, dividindo-se a respectiva campanha em três etapas. Anderson escreve: “Nós vimos este memorando e podemos dizer que representa o plano do renascimento da guerra fria”. A primeira etapa prevê a prestação do apoio aos governos anticomunistas no hemisfério ocidental e a realização de uma campanha minuciosamente elaborada visando esclarecer a opinião pública americana quanto à gravidade da ameaça “cubano-soviética” para a segurança dos EUA. Na segunda etapa, deve ser realizada uma campanha em todo o mundo e exercida a pressão política sobre os outros países, orientada contra a URSS e Cuba. “A CIA deve ficar encarregada de realizar a intensificação secreta da propaganda anti-soviética noutros países, utilizando todos os meios disponíveis”. Na terceira etapa do programa, os Estados Unidos devem prestar ajuda militar aos regimes “ameaçados” por Cuba e pela União Soviética.

São estes os planos sombrios dos inimigos do desanuviamento, das forças que querem obter a superioridade militar sobre os países socialistas. Apesar da política construtiva da URSS, a administração americana cortou muitas negociações importantes sobre a limitação do armamento. O governo de Reagan prevê o aumento ainda mais forte do orçamento militar, o aumento de armamento sem precedentes para os tempos de paz. Este aumento estende-se a todos os tipos e sistemas de armamentos incluindo o estratégico, como também se estende à quantidade das forças armadas que

hoje nos EUA, juntamente com os outros países da NATO, são maiores do que as da URSS com os outros países do Tratado de Varsóvia. Os planos do Departamento Militar dos EUA prevêem uma prestação adicional de 2,5 bilhões de dólares para a produção de uma nova geração de bombardeiros estratégicos gigantescos que substituirão os B-52.

A Marinha da Guerra dos EUA terá mais 150 navios e chegará a 600 unidades no total.

O governo de Reagan renunciou às formulações das três administrações anteriores dos EUA quais como pretexto apresentaram a garantia da igualdade com a União Soviética. Este rumo é muito perigoso. Sobre este facto L. I. Bréjnev declarou firmemente, no XXVI Congresso do Partido: "O equilíbrio militar e estratégico que se instaurou entre a URSS e os Estados Unidos, entre o Tratado de Varsóvia e a NATO contribui objectivamente para a manutenção da paz no nosso planeta. Não procuramos nem nunca procurámos a superioridade militar sobre a outra parte. Não é essa a nossa política. Mas também não permitiremos que essa superioridade se crie em relação a nós. Tentativas deste género assim como as de falar connosco a partir de posição de força são absolutamente gratuitas"¹. A União Soviética com as suas acções confirma a fidelidade à sua política e às suas declarações. Assim

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido...*, p. 30.

aconteceu com a proposta soviética de que fosse proibido o fabrico de submarinos com o sistema de mísseis "Trident" no momento em que só os americanos o construíram. Mas esta proposta não foi aceite pela administração americana. Os EUA tentaram conseguir a superioridade neste sistema de armamento. Em resposta à criação nos EUA do novo submarino "Ohio" armado com mísseis "Trident-1", a União Soviética foi forçada a criar o sistema analógico "Typhoon". Mas agora a União Soviética ofereceu-se novamente para um entendimento com os EUA quanto à limitação da instalação de submarinos novos do tipo "Ohio", nos EUA, e dos seus homólogos, na URSS, e à proibição da modernização dos mísseis instalados a bordo desses submarinos.

Como é evidente, hoje, os EUA não estão inclinados a concordar, mas isso levará à corrida de armamentos. Assim se cria a renovação do armamento que será seguida por outras. E até quando? Até se começar a falar dos mísseis termonucleares? Isto é perigoso para a URSS e para os EUA, para os países do Tratado de Varsóvia e para os da NATO, para todos os povos do mundo. A URSS oferece-se para rejeitar o fabrico da nova arma mortífera de destruição maciça, i.é., bomba de neutrões. O governo dos EUA declara que se prepara para a fabricar e instalar na Europa, i.é., prepara-se novamente para incitar a mais uma renovação do armamento.

Deste modo, a tese da "ameaça militar soviética" é utilizada pela propaganda ociden-

tal para conseguir um aumento da potência militar dos EUA e dos outros Estados imperialistas, exercer uma pressão sobre os países em vias de desenvolvimento e opor resistência ao aumento da influência das forças do socialismo mundial, que o imperialismo já não pode fazer parar senão por meio da violência.

Com o agravamento e o agudizamento da situação internacional prenhe de aprovações de decisões militares dos países do Oeste e que futuramente e para muitos anos podem legalizar a corrida aos armamentos que não só é desnecessária como também é muito perigosa para a causa da paz, a União Soviética, em primeiro lugar, propõe-se recusar uso do mito sobre “a ameaça militar soviética” e resolver questões partindo da política real soviética da paz; em segundo lugar, submete ao exame do Ocidente, mormente dos EUA, uma série de ideias novas e propostas construtivas que podem consolidar a paz e tornar mais profundo o processo de desanuviamento.

Os dirigentes soviéticos durante os trabalhos do XXVI Congresso do PCUS propuseram não procurar romper o equilíbrio existente, não impor uma nova corrida aos armamentos, ainda mais dispendiosa e perigosa, mas sim, “pôr à margem de toda a política séria o já velho espantalho da ‘ameaça soviética’.” A União Soviética ofereceu aos dirigentes dos EUA pôr de lado uma imaginária superioridade soviética e realizar, entre os dois países, um diálogo a todos os níveis, incluindo também encontros entre os mais altos dirigentes

dos EUA e da URSS. Aos Estados Unidos da América e a todos os outros Estados foi apresentado um Plano Complexo, aprovado pelo órgão mais alto de Partido do País dos Soviéticos e que inclui as seguintes grandes medidas:

1. O alargamento a toda a parte europeia da URSS da zona de aplicação de medidas de confiança como a notificação prévia das manobras militares de forças terrestres com o convite a observadores de outros países. É naturalmente de esperar que seja alargada, de modo correspondente, a zona de aplicação das medidas de confiança por parte dos Estados ocidentais. A URSS oferece-se para alargar as medidas de confiança tanto para as manobras de forças navais e aéreas, como para as deslocações de tropas importantes.

2. Travar, com todos os países interessados, negociações relativas à aplicação de medidas de confiança no Extremo Oriente para desanuviar a atmosfera onde são vizinhas tais potências como a URSS, a China, o Japão e onde se encontram também os EUA.

3. Discutir as questões ligadas ao Afeganistão em relação com as questões de segurança do golfo Pérsico.

4. Na base da igualdade e de segurança idêntica para ambas as partes, realizar negociações entre a URSS e os EUA sobre as questões da limitação dos armamentos estratégicos e a sua redução, preservando tudo o que foi realizado de positivo neste domínio e, chegado o momento, todas as outras potências nucleares

se deveriam juntar às negociações.

5. Alcançar o acordo com vista a limitar a instalação de submarinos do novo tipo “Ohio”, nos EUA, e dos seus homólogos, na URSS, assim como o acordo com vista a proibir a modernização dos mísseis balísticos existentes e a criação de novos mísseis balísticos instalados a bordo desses submarinos.

6. Proclamar um moratório respeitante à instalação na Europa de novos engenhos balístico-nucleares de médio alcance nos países da NATO e na URSS, i.é., congelar ao nível quantitativo e qualitativo actual as instalações existentes, incluindo os dispositivos nucleares de estacionamento avançado dos EUA na Europa.

7. Criar um comité internacional qualificado que mostraria a necessidade vital de impedir uma catástrofe nuclear incluindo neste comité os cientistas mais ilustres dos diferentes países para que todo o mundo seja informado das conclusões do comité.

8. Convocar uma sessão especial do Conselho de Segurança com a participação dos dirigentes supremos dos Estados membros do Conselho, a fim de procurar os meios de saneamento da atmosfera internacional e impedir a guerra. Nesta sessão poderiam participar, se o desejassem, os dirigentes dos outros países.

É este o Programa da ofensiva de paz da União Soviética, da ofensiva não com armas na mão, mas contra as armas, não para derramar o sangue, mas para que os povos nunca o

derramem. A União Soviética convidou todos os Estados a participarem nesta ofensiva. Uma parte esmagadora da Humanidade e da opinião pública mundial respondeu positivamente a este convite, o que foi declarado nos discursos dos políticos e dirigentes sociais de muitos países. Este Programa recebeu o apoio de numerosas conferências internacionais e é tão concreto que não se lhe pode chamar “propaganda”.

Era naturalmente de esperar a resposta por parte do governo dos EUA a estas ofertas. Foi enviada ao Presidente uma mensagem especial.

O rumo principal da política dos EUA está a ir na direcção oposta: em direcção a um agravamento da situação internacional, e ao militarismo e à agressão. Como que em resposta a estas propostas sobre a consolidação da paz, o governo dos EUA toma decisão sobre um incrível aumento das despesas militares, sobre a ajuda aberta aos racistas da África do Sul que se manifestam contra os Estados africanos independentes e o movimento da libertação nacional, e o apoio aberto que o governo dos EUA prestou aos grupos dos terroristas da UNITA — mercenários dos imperialistas e dos racistas sul-africanos que semeiam a morte e a destruição e tentam estorvar a edificação da nova vida em Angola.

O Bureau Coordenador do movimento de não alinhamento composto pelos representantes de 95 Estados condenou a política do racismo e neocolonialismo dos Estados Unidos. O mito sobre “a ameaça militar soviética” é

usado para que o imperialismo dos EUA consiga os seus próprios fins militares agressivos. As iniciativas claras da União Soviética desmascaram a falsidade da propaganda imperialista. Mas este mito ainda está vivo graças aos estereótipos, graças à compreensão deformada sobre a União Soviética, porque este mito durante decénios foi encasquetado pelos "mass media" do imperialismo à população do Ocidente e de muitos países que se libertaram. Ao espalhar artificialmente a campanha caluniosa de propaganda sobre a participação da URSS em "terrorismo internacional", os círculos dirigentes dos EUA tentam criar um estereótipo novo da "ameaça militar soviética", i.é., pretendem que "a URSS é o organizador do terrorismo internacional".

Para confirmação deste estereótipo, trava-se nos EUA uma campanha barulhenta a propósito do terrorismo internacional. Foi publicado *O Livro Branco*, e são utilizadas calúnias, mentiras e adulterações abertas dos factos. O fim é confirmar o estereótipo para, depois, o explorar durante muito tempo. Isto é um dos exemplos dos métodos desonestos da propaganda imperialista.

Opondo-se às forças que intensificam a tensão internacional e procuram acelerar a corrida aos armamentos, a União Soviética e os outros países socialistas pronunciam-se pela paz, não ingerência nos assuntos internos, respeito pela independência e integridade territorial, igualdade de direitos e pela cooperação mutuamente vantajosa, ou seja, os elemen-

tos necessários e mais importantes do desanuviamento. "Opomo-nos à transformação da ideologia em escrava dos Estados-Maiores, e da luta ideológica, na guerra psicológica — diz L. I. Bréjnev. A concorrência pacífica e honesta das ideias e da prática social é o nosso princípio" ¹.

¹ L. I. Bréjnev: *Pelo Rumo Leninista*, t. 7, pp. 319-320.

V. AS CONCEPÇÕES NÃO MARXISTAS DO SOCIALISMO E SUA SIGNIFICAÇÃO NA LUTA IDEOLÓGICA

Pronunciando-se contra o sistema socialista mundial, os ideólogos burgueses lançam vários «slogans» e doutrinas anticomunistas que visam a sabotagem ideológica nos países socialistas. O seu objectivo consiste em isolar certos países da comunidade socialista e restaurar nos mesmos o regime capitalista.

Na sua luta contra a unidade dos países socialistas e o movimento comunista internacional, os ideólogos burgueses propagam as concepções do «marxismo pluralista» e «comunismo nacional». Pretendem introduzir os «novos modelos do socialismo» e do «comunismo regional».

Um dos principais objectivos estratégicos contra-revolucionários e anticomunistas do imperialismo consiste em utilizar o nacionalismo como o meio mais eficaz para debilitar o movimento revolucionário mundial e desunir as massas trabalhadores. Têm esperanças de que, no fim de contas, o comunismo possa capitular face ao nacionalismo. As numerosas doutrinas imperialistas que criticam o marxismo-leninismo, baseiam-se numa atitude metafísica, em tentativas de separar as noções de nacional e

internacional. A essência destas doutrinas consiste na contradição pretensamente insolúvel entre o carácter universal da ideologia marxista e a inevitabilidade de levar em consideração a particularidade nacional de cada país. Isto criaria a tendência para o recuo em relação ao carácter universal do marxismo-leninismo e para o desenvolvimento do «comunismo nacional». Sublinha-se, além disso, que os interesses nacionais das várias forças revolucionárias seriam irreconciliáveis, não só nas condições actuais, mas também no futuro. Mais ainda, afirma-se que os «comunistas nacionais» deveriam rivalizar uns com os outros para provar que só os «marxismos» e teorias sócio-políticas que cada um deles representa são os únicos certos e autênticos. Do mesmo género é a teoria do chamado «pluralismo», ou seja, da «pluralidade dos marxismos». É nestas teorias do marxismo e socialismo «nacional» ou «pluralista» que o imperialismo e os seus cúmplices revisionistas depositam as suas esperanças para cindir o movimento comunista mundial, esperanças de que os comunistas renunciem ao internacionalismo proletário e caiam no marxismo e socialismo «nacional» e «pluralista» que tanto agrada à burguesia imperialista, pois nega os princípios do marxismo-leninismo e faz passar, por socialismo, a sociedade burguesa um pouco modernizada. Pretendendo provar que estes projectos contra-revolucionários têm futuro, os ideólogos burgueses afirmam que a evolução do socialismo real conduziria ela própria a os «modelos nacionais do socialismo».

Uma arma poderosa e experimentada da luta contra a utilização do nacionalismo é o princípio do internacionalismo proletário. O internacionalismo proletário é “um dos princípios mais importantes do marxismo-leninismo” — assinala-se no Relatório do CC do PCUS ao XXV Congresso do Partido. “Infelizmente, há quem comece a interpretá-lo de tal modo que, de facto, do internacionalismo pouca coisa resta. Há também indivíduos que até propõem abertamente renunciar ao internacionalismo. Segundo estes, o internacionalismo fundamentado e defendido por Marx e Lénine tornar-se-ia obsoleto. Na nossa opinião, renunciar ao internacionalismo proletário significaria privar os partidos comunistas e o movimento operário em geral da sua arma poderosa e provada. Isto seria um bom serviço ao inimigo de classe que, diga-se de passagem, coordena, activamente e à escala internacional, as suas acções anticomunistas. Nós, os comunistas soviéticos, consideramos a defesa do internacionalismo proletário um dever sagrado de cada marxista-leninista”¹.

Pretendendo sustentar ou pelo menos retardar o desenvolvimento do processo revolucionário mundial, o imperialismo procura, antes de mais, minar a principal força e apoio deste processo, i. é., os países socialistas e, em primeiro lugar, a União Soviética. O objectivo final desta actividade é desunir os países

¹ *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, ed. em russo, Moscovo, 1976, p. 31.

socialistas, separá-los da União Soviética e arrastá-los gradualmente, um a um, para a órbita do capitalismo. Os países socialistas dividem-se em “mais independentes”, “menos independentes” e “completamente dependentes” de Moscovo; comparam-se os graus de desenvolvimento dos vários países socialistas, os seus indicadores económicos, técnico-científicos e culturais. Os ideólogos burgueses tentam denegrir a base da aproximação dos países socialistas, i. é., a sua cooperação económica mutuamente vantajosa. Por exemplo, afirmam falsamente que, no futuro, os países socialistas não poderiam receber da União Soviética nem uns dos outros tudo o necessário para o seu desenvolvimento económico, precisando, portanto, de contactos mais estreitos com o Ocidente.

Os ideólogos burgueses descarregam sobre os países socialistas toda uma torrente de informação falsa. A propaganda anti-soviética e anti-socialista aderem também de uma forma activa os dirigentes de Pequim. Estes intensificaram consideravelmente a sua chamada “atitude diferenciada” para com os países socialistas. O objectivo principal desta táctica consiste em cindir a comunidade socialista, tentar desacreditar o Conselho de Ajuda Mútua Económica e a Organização do Tratado de Varsóvia, impedir a política coordenada dos Estados irmãos. Pequim utiliza uma ampla variedade de métodos e rodeios: desde as invectivas propagandísticas, pressão política e ameaças militares até à bajulação cínica, ofertas

económicas lucrativas e promessas no domínio das relações internacionais.

Primeiramente tentam convencer a opinião pública dos países socialistas de que “as divergências entre a China e a URSS não interferem nos outros países socialistas”, que eles “têm de não entrar na discussão entre Pequim e Moscovo”, e, em segundo lugar, a China tenta construir as suas relações com um ou outro país socialista de tal modo que permite contrapor os Estados irmãos uns aos outros, semear sementes de desconfiança e até de inimizade entre eles.

Os dirigentes de Pequim concentram os seus esforços principais na propaganda anti-soviética, pelos apelos à “libertação” do “dictat soviético”, da “dependência dos soviéticos”, etc.

“Esta política — assinalava-se no XXV Congresso do PCUS — não é só completamente alheia aos princípios e ideais socialistas, mas, com efeito, tornou-se uma importante reserva do imperialismo na sua luta contra o socialismo”¹. Ela choca-se com a resistência crescente por parte dos partidários da causa da paz e do socialismo.

Os partidos irmãos dos países da comunidade socialista e os seus órgãos ideológicos avaliam correctamente as aspirações e os alvos de Pequim, a sua táctica da “aproximação diferenciada”. A situação que se forma dita a necessidade de continuar a coordenação de

¹ *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, p. 10.

posições e dos passos práticos dos países socialistas tanto em relação à política de Pequim, como em relação à sua propaganda anti-socialista e subversiva. Os países irmãos, face à linha hostil dos dirigentes chineses ao socialismo mundial, tentam não diminuir os esforços na luta contra o maoísmo.

Além disso, convém destacar as concepções ideológicas que surgiram ultimamente nos países em vias de desenvolvimento, como, por exemplo, o socialismo “islâmico”, “africano”, ou “asiático”. Algumas delas, como a “udjamaa”, na Tanzânia, ou “a terceira teoria mundial”, na Líbia, pretendem colocar-se fora da ideologia burguesa e da ideologia do socialismo científico. Podem compreender-se as tentativas de dar a estas teorias e concepções um aspecto independente, mas, afinal, tudo se reduz à questão sobre que regime é que esta ou aquela apoia: o socialista ou o capitalista. Assim, o Presidente da Zâmbia, K. Kaunda, reafirmou, numa das suas intervenções, a tese principal do programa do Partido governante, segundo a qual a sua estratégia política consiste em criar a sociedade humanitária, em que uma das fases é a construção do socialismo. Apresentou o seguinte esquema do desenvolvimento da sociedade humana: o regime comunitário-primitivo, escravagista, feudal, capitalista, socialista e, finalmente, a sociedade humanitária, devendo cada povo, segundo o Presidente, passar todas as fases de desenvolvimento. Portanto, declarou a seguir, o humanista deve começar por ser socialista. O humanismo e o

capitalismo são, segundo K. Kaunda, diametralmente opostos, não sendo, porém, o humanismo idêntico ao comunismo. Se dantes o Presidente costumava falar de humanismo relativamente às condições da Zâmbia, desta vez faz-se sentir o desejo por parte de K. Kaunda de atribuir à sua filosofia o carácter de uma teoria universal, aplicável em todos os países.

Os dirigentes da Líbia pronunciavam-se pela edificação, no país, da “sociedade islâmica socialista sem classes”. A dita sociedade deve ser diferente tanto do comunismo, como do capitalismo.

As doutrinas socialistas de tipo nacional são o fruto da etapa de transição das revoluções de libertação nacional, quando os limites do nacionalismo burguês se tornam demasiado apertados para o seu desenvolvimento posterior, enquanto que as forças capazes de realizar, de modo consequente, a política do socialismo científico ainda não têm força suficiente.

O aspecto progressista destas concepções é a atitude negativa para com o sistema capitalista. O objectivo que elas proclamam é libertar-se da exploração e criar uma sociedade que se baseie no respeito pelo homem, aumento geral do bem-estar e liquidação da desigualdade de direitos e do racismo. Muitos dirigentes contemporâneos dos países em vias de desenvolvimento colocam perante si a tarefa de construir uma nova sociedade que não seja parecida com as metrópoles das potências colonialistas que causaram tanto sofrimento aos

actuais Estados independentes da Ásia, África e América Latina.

Ao mesmo tempo, uma grande parte das teorias do socialismo nacional é consideravelmente influenciada pelas concepções religiosas. Isto deve-se ao facto de, durante muitos decénios, a religião ter sido, nestes países, a bandeira ideológica da luta das nações oprimidas. Depois da conquista da independência, uma parte das personalidades religiosas passou para o lado daqueles que apoiam a tendência anti-imperialista de desenvolvimento. Por exemplo Baqui Bualém, ministro para os assuntos religiosos da Argélia, declarou que o Islão é uma religião socialista por sua essência e missão. Reflectindo sobre os dogmas e princípios sobre que se baseia o Islão, considera que o seu único fim é o estabelecimento do socialismo islâmico que una os corações e as almas das pessoas, do socialismo que una as pessoas no amor. Vemos que o estadista argelino quer ver no Islão os princípios socialistas, embora ele substitua o conceito de classe pelo conceito religioso. Naturalmente que a realidade objectiva entrará em choque com esta colocação desta questão e exigirá, por parte dos que realmente querem edificar o socialismo, que realizem transformações fundamentais económicas, sociais e políticas.

Ao mesmo tempo, alguns representantes do Islão não identificam o Islão com o socialismo e, pelo contrário, dizem que o Islão e o socialismo se excluem mutuamente.

Então, onde se encontra a essência do

problema? Como apreciar correctamente o papel do Islão e a atitude para com o Islão? L. I. Bréjnev referiu-se, no XXVI Congresso do PCUS, clara e convincentemente sobre isto: “Nos últimos tempos, são activamente proclamadas palavras de ordem islâmicas em certos países do Oriente. Nós, comunistas, respeitamos as convicções religiosas das pessoas de religião islâmica, assim como das outras religiões. O essencial são os objectivos das forças que proclamam esta ou aquela palavra de ordem. A luta de libertação pode desenrolar-se sob a bandeira do Islão, o que está provado pela experiência histórica e, nomeadamente, pelos acontecimentos recentes. Mas esta experiência mostra também que as palavras de ordem islâmicas são igualmente utilizadas pela reacção que provoca insurreições contra-revolucionárias. Por conseguinte, tudo reside no conteúdo real deste ou daquele movimento”¹.

Então o Islão pode servir tanto como meio para a edificação do socialismo como para acções anti-socialistas contra-revolucionárias. Em grande parte, isto pode dizer-se sobre outras religiões, que ajudaram ou impediram a luta dos povos pela libertação social e, particularmente, nacional. Até nos países onde edificam o socialismo, os muçulmanos, cristãos, budistas e outros crentes, via de regra, juntamente com todo o povo participam activamen-

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido...*, pp. 17-18.

te no fortalecimento do socialismo e na luta pela consolidação da paz. Por outro lado, uma série de Estados muçulmanos reaccionários e conservadores utilizam o Islão na luta contra os movimentos progressistas e para realizar a política externa pró-imperialista. A religião na luta ideológica pode ter uma importância tanto positiva como negativa. É necessário tratar bem os crentes, especialmente os que pertencem às classes trabalhadoras. Esta ou aquela religião professada durante séculos não pode sumir-se de uma vez e ainda terá a sua influência sobre a actividade política e convicção ideológica em largo círculo de pessoas. O problema muito agudo de relações com os operários crentes no período da criação do partido do novo tipo apresentou-se a V. I. Lénine que viu que a tarefa principal da admissão de trabalhadores crentes, no partido marxista, tem de servir a transição progressiva destes trabalhadores para a percepção da concepção materialista do mundo, mas não o reforço da influência da ideologia religiosa no interior do partido. Na opinião de V. I. Lénine, a liberdade real de consciência significa, por um lado, a liberdade de professar qualquer religião, e por outro, não só a liberdade de não professar nenhuma religião, mas também a liberdade para o ateísmo activo, para opiniões anti-religiosas. Na URSS e nos outros Estados socialistas, o princípio da liberdade de consciência foi materializado nas suas Constituições.

Alguns teóricos do socialismo nacional, especialmente os de orientação burguesa e

pequeno-burguesa, atribuem ao conceito de socialismo um conteúdo que não tem nada a ver com ele. Nas concepções deste tipo exageram-se as peculiaridades do carácter nacional e das tradições históricas, destacam-se demasiadamente os factores morais, às vezes exalta-se a unidade nacional, racial ou geográfica e rebaixa-se a importância de solidariedade de classe dos lutadores pelo socialismo.

Cabe à social-democracia internacional um papel especialmente importante na actual luta ideológica. Para minar o movimento operário por dentro, o imperialismo utiliza, em grande escala, a social-democracia que une de maneira ecléctica as velhas ideias oportunistas com “as mais modernas” teorias burguesas. A ala direita da social-democracia abandonou o marxismo de vez e opôs ao socialismo científico o chamado socialismo democrático. Os partidários deste negam a existência das classes antagónicas e da luta de classes na sociedade burguesa, pronunciando-se contra a necessidade de uma revolução proletária e da eliminação da propriedade privada sobre os meios de produção. Afirmam que se daria uma “transformação” do capitalismo em socialismo.

O “socialismo” proclamado pelos dirigentes oportunistas de direita da social-democracia é na realidade o pseudo-socialismo que convém muito bem à burguesia moderna. O perigo deste “socialismo” consiste no facto de ser apresentado sob as divisas de «liberdade», «democracia», «igualdade social», etc., o que às vezes induz em erro as massas trabalhadoras.

Ultimamente deram-se certas mudanças na actividade da social-democracia, em particular, no que diz respeito às questões da política externa. A social-democracia compreendeu, mais cedo do que os homens públicos burgueses, toda a complexidade da situação relacionada com o perigo da guerra nuclear. Por isso, escolheu o único caminho possível: a orientação para a coexistência pacífica e o desanuviamento. Embora a iniciativa partisse da União Soviética e dos outros países socialistas, mesmo assim, foi apoiada, em primeiro lugar, pelos sociais-democratas que se manifestam pela salvaguarda do processo de desanuviamento e pela solução pacífica dos problemas internacionais. Ao mesmo tempo, a social-democracia procura aproveitar o desanuviamento no seu próprio interesse, ou seja, para elevar o seu prestígio internacional, por meio da infiltração nos países em vias de desenvolvimento.

Os sociais-democratas fazem um grande esforço com vista a angariar para a Internacional Socialista os partidos africanos que apoiam o chamado princípio do “socialismo democrático”¹. O Presidente da Internacional Socialista,

¹ O “socialismo democrático” é uma teoria reformista de transformação do capitalismo em socialismo por meio das reformas democráticas. O “socialismo democrático” rejeita as teses mais importantes do marxismo-leninismo: sobre as classes e a luta de classes, sobre a revolução socialista, etc. Os princípios do “socialismo democrático” foram expostos em 1951, aquando da criação da união internacional dos sociais-democratas: a Internacional Socialista.

Willy Brandt, formulou da seguinte maneira a principal palavra de ordem da actualidade: renunciar ao eurocentrismo e tornar a Internacional Socialista a única organização internacional global. Foi realizada toda uma série de encontros, visando criar e unir os partidos africanos de orientação social-democrata. Por exemplo, em 1962, em Dakar, realizou-se o colóquio dos partidos políticos africanos a respeito do “socialismo africano”; em Juho de 1975, em Tunes, decorreu a conferência dos partidos políticos africanos, dedicada ao “desenvolvimento planeado e às vias africanas para o socialismo”. Nos finais de 1977, em Dakar, reuniram-se os representantes de 11 partidos africanos que discutiram o projecto de fundação de uma confederação dos partidos socialistas africanos. Em meados de 1980, em Tunes, realizaram-se as reuniões de uma comissão especial dos partidos socialistas da África, em que participaram os representantes dos partidos socialistas da Tunísia, Senegal, Marrocos, Sudão e Maurícia. Discutiu-se, em particular, o projecto de fundação da Internacional Socialista na África.

O jornal argelino *Al Shaab* escreveu, em 14 de Julho de 1980, que o encontro em Tunes e a própria ideia da criação da Internacional Socialista Africana, revela a escala da penetração ideológica da Europa Ocidental na África, assim como o grau da dependência de certos dirigentes africanos do Ocidente. “A história mostra — assinala-se no jornal — que a Internacional Socialista surgiu como oposição ao socia-

lismo científico, podendo-se afirmar, por analogia, que o “internacionalismo africano” é o símbolo da ideologia capitalista que se considera a si próprio como substituição, no nosso continente, do nacionalismo revolucionário e do genuíno socialismo africano, cuja bandeira é hasteada pelos movimentos de libertação nacional e pelos seus partidos revolucionários”.

“O socialismo”, como é compreendido pelos partidos que exortam à fundação da Internacional Africana, está muito longe do socialismo verdadeiro. “Esta é a palavra de ordem” — escreve o jornal — “dos capitalistas nacionais ligados aos capitalistas dos monopólios e, portanto, não passa de mais uma tentativa para desviar do caminho do socialismo verdadeiro.” O *Al-Shaab* avalia a tentativa de criar a Internacional Socialista Africana como uma manifestação da luta ideológica que se realiza, na África, entre o neocolonialismo e os seus aliados locais, por um lado, e o movimento de libertação nacional, por outro.

“O socialismo genuíno na África é uma continuação lógica do processo de libertação nacional, cuja necessidade se manifesta através da vontade firme dos povos em vias de desenvolvimento. A coincidência absoluta do socialismo com o conteúdo nacional — aí está o segredo da sua vitalidade... — sublinha o *Al-Shaab*. “A orientação socialista — conclui o jornal — adquire o dinamismo na luta anti-imperialista multifacetada, que pressupõe a necessidade de cortar as garras do capitalismo nacional que passará, mais cedo ou mais tarde,

para o lado do capitalismo mundial”¹.

O processo da penetração ideológica tenaz da Internacional Socialista em África terminou pela criação da Internacional Socialista Africana, no Congresso na Tunísia, de 26 a 28 de Fevereiro de 1981. Nela uniram-se 15 partidos africanos oportunistas e até reaccionários, entre os quais se encontram os partidos dirigentes do Senegal, Somália, Sudão, Tunísia, Marrocos, Mauritânia, Gâmbia, Gana e Djibuti. A Internacional Socialista Africana é uma obra da social-democracia europeia de direita. O facto de nela se terem unido só 15 partidos da África revela a falta da confiança quanto à política e à ideologia social-democrata, primeiramente, por parte da maioria dos países africanos e dos seus partidos e, em segundo lugar, por parte dos partidos africanos realmente revolucionários dos países africanos de orientação socialista. Deste modo, a unificação, que teve lugar na Tunísia, é realmente muito parecida com uma cisão da unidade africana. No plano ideológico, significa uma tentativa grosseira para desviar uma série de países africanos da luta pelas transformações profundas sócio-económicas para uma via da orientação capitalista. Os partidos dirigentes da RFA, da Áustria e de alguns outros países da Europa são pais espirituais da Internacional Socialista Africana.

O Presidente Honorário da Internacional Socialista Africana, Habib Burguiba (da Tuní-

¹ *Al-Shaab*, 14 de Julho de 1980.

sia), declarou que o famigerado “socialismo democrático” é a base ideológica da unificação e que realmente é a ideologia do capitalismo embelezada com divagações sobre o liberalismo, a democracia, parceria social, etc.

Os partidos africanos progressistas que optaram pelo socialismo científico como sua base ideológica, opõem, às actividades subversivas da Internacional Socialista, a confiança cada vez mais firme na certeza da via de orientação socialista que eles escolheram. Desta maneira, abre-se mais uma frente de luta contra a ideologia burguesa que se disfarça de social-democrata, ou seja, a frente da luta contra a penetração da ideologia social-democrata nos países da Ásia, África e América Latina. No âmbito desta luta, adquire uma importância imensa a estreita cooperação ideológica entre os países socialistas e os países em vias de desenvolvimento que optaram pela orientação socialista.

Ao falar dos princípios ideológicos da social-democracia internacional, ao criticar justamente a inconsistência do “socialismo democrático” em comparação com o socialismo real e verdadeiramente democrático e com as transformações socialistas nos países da orientação socialista, é necessário dizer de modo absolutamente claro que a social-democracia intervém, em geral, das posições correctas, unindo os seus esforços com os partidos comunistas, com os países da comunidade socialista na luta das forças da paz, do desanuiamento e da coexistência pacífica.

Nos últimos anos, esta colaboração adquire um carácter bastante largo e conduz à consolidação da frente de oposição às forças do militarismo, da agressão e da “guerra fria”. As disposições anticomunistas de certos grupos da democracia socialista internacional, a sua participação nas campanhas caluniosas contra os países do socialismo põem obstáculos ao desenvolvimento mais activo deste processo. Mas é preciso utilizar mais activamente as possibilidades da união posterior na luta contra os planos perigosos do militarismo.

O XXVI Congresso formulou claramente a posição em relação às actividades internacionais da social-democracia: “Os contactos com a direcção da Internacional Socialista, a nossa participação na Conferência da Internacional Socialista sobre o desarmamento, os contactos com o grupo de trabalho que ela constituiu para este problema, e a recepção da sua delegação no CC do PCUS tiveram igualmente grande importância.

Actualmente, a social-democracia tem um peso político notável. Poderia fazer mais para defesa dos interesses vitais dos povos e, sobretudo, para a consolidação da paz, o saneamento da situação internacional, para o repúdio do fascismo e do racismo, a ofensiva da reacção contra os direitos políticos dos trabalhadores. Não obstante, na realidade, os líderes da social-democracia estão longe de agir sempre neste sentido.

Um grande número deles estão contagiados pelo vírus do anticomunismo. Alguns deixam-

se envolver em campanhas organizadas pelo imperialismo contra os países socialistas e, alegando a chamada solidariedade atlântica, justificam a corrida aos armamentos. É claro que uma tal política não corresponde aos interesses dos trabalhadores. Condenamo-la com todo o vigor.

Mas apoiaremos activamente todas as iniciativas úteis à causa da paz e da democracia. Tendo em conta o agravamento actual da situação internacional, atribuímos grande importância à cooperação com a social-democracia, com os sindicatos, os círculos religiosos e todas as forças democráticas e amantes da paz, nas questões respeitantes à prevenção da guerra e à consolidação da paz”¹.

¹ *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido...*, p. 25.

VI. O “BOOM” DE INFORMAÇÃO E OS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

Os últimos decénios foram assinalados pelo “boom de informação”, i. é., um desenvolvimento inaudito dos meios de comunicação e actividades ligadas à informação, resultantes da revolução técnico-científica. O processo de consolidação dos princípios de coexistência pacífica dos Estados com diferentes sistemas sócio-políticos, assim como os êxitos da luta de libertação nacional dos povos, criaram condições favoráveis para a ampliação multilateral dos contactos entre as pessoas.

O número dos meios técnicos de informação aumentou bruscamente. São de alcance geral os programas radiofónicos que se transmitem em todas as línguas do mundo, inclusivamente em certos dialectos locais. Não há praticamente nenhum recanto da Terra que não esteja envolvido, de uma forma ou de outra, no sistema de radiodifusão. Existe, no mundo, mais de 1 bilião de aparelhos de rádio e quase meio bilião de televisores; publicam-se dezenas de milhares de jornais, funcionam cerca de 150 agências de informação internacionais e nacionais. Desenvolve-se impetuosamente a televisão, que existe em mais de 130

países, não havendo, hoje em dia, obstáculos técnicos para a captação dos programas de televisão transmitidos de outros países por meio de satélites artificiais. Com vista a intensificar a propagação de informação, estão a ser criadas associações internacionais de várias agências noticiosas, editoriais e companhias de rádio e televisão. Aumentou muitas vezes a velocidade de transmissão de informação: por meio de tele-fotos o material de imprensa pode ser transmitido à distância de vários milhares de quilómetros durante poucos segundos.

Segundo parece, tudo isto deveria criar condições extremamente favoráveis para o intercâmbio internacional de informação. Acontece, porém, que o “boom de informação” não chegou a muitos países do mundo. Também neste caso, a maioria esmagadora dos países em vias de desenvolvimento figura entre os “atrasados”: segundo os dados apresentados na 33^a Sessão da Assembleia Geral da ONU, aos países em vias de desenvolvimento, que constituem 3/4 da Humanidade, cabem-lhes apenas 20 a 30% da informação que as agências multinacionais lançam no mercado internacional. Segundo foi calculado, o volume de informação proveniente dos principais países do Ocidente para os países em vias de desenvolvimento é 100 vezes maior do que o respectivo volume que vai em direcção contrária.

De acordo com os dados da UNESCO, a quantidade dos “mass media” à disposição da população dos países em vias de desenvolvi-

mento é muito inferior às normas universalmente adoptadas. Nos princípios da década de 70, a cada 100 pessoas da população africana cabiam 1,4 exemplares de jornais, 4,7 aparelhos de rádio e 0,35 televisores. Em 35 países em vias de desenvolvimento não há agências noticiosas nacionais; 11 países do continente africano não editam nenhum jornal diário, enquanto 13 têm apenas um; 45 países da África, Ásia e América Latina não têm a sua própria rede de televisão; a maioria dos países em vias de desenvolvimento não tem praticamente acesso ao radioespectro e, portanto, à possibilidade de radiodifusão interna e externa. O investigador americano, H. Schiller, escreve no seu livro *Domínio na Cultura e Comunicações*: A tecnologia, pela qual se costuma subentender quase exclusivamente máquinas e equipamento, corresponde perfeitamente às afirmações de que seria neutral, livre dos aspectos apreciativos e aplicável sob qualquer sistema social, por mais diferentes que fossem os seus fins. Mais ainda, o conceito da corrente livre de informação que traria vantagens a todos os participantes desta corrente, mas que, na realidade, não passa de uma rua com sentido único para os já poderosos exercerem o seu domínio, está a ser alargado à tecnologia, o que é capaz de aumentar ainda mais a dependência dos mais fracos”¹.

¹ H. Schiller, *Communication and Cultural Domination*, N. Y., 1976, pp. 49-50.

Os países ocidentais, em primeiro lugar, os EUA, dispõem de um sistema poderoso dos “mass media” de alcance global, aproveitando o mercado internacional de informação no interesse dos Estados capitalistas. As quatro agências ocidentais: “Associated Press” (AP), “United Press International” (UPI), “Reuters” e “Agence France-Presse” (AFP), controlam, com efeito, 80% das notícias telegráficas do mundo. A principal agência americana UPI tem 238 delegações em 62 países e emprega 10 mil pessoas, sendo 40% da informação publicada na imprensa nacional da América Latina fornecidos pela UPI. Mais de 31% de informação nesta região do mundo cabe a outra agência americana, “Associated Press”.

Segundo os dados apresentados no livro de R. Righter *De Quem São as Notícias?*¹, nos países em vias de desenvolvimento, 65% dos programas de rádio e televisão são de origem estrangeira: 4/5 das notícias internacionais publicadas na imprensa local levam a referência de uma das agências internacionais; o *New York Times* envia os seus materiais para 50 países, a “Agence France-Presse” transmite informação para 147 países, em 4 línguas; a “Reuters”, para 153 países, em 6 línguas; a “Associated Press”, para 110 e a UPI, para 114 países. Graças ao seu monopólio, estas agências podem moldar, a critério próprio, as notícias internacionais.

¹ R. Righter. *Whose News?*, Times Books, N.Y., 1978.

De acordo com a estimativa do director da “Associated Press”, as quatro agências internacionais fornecem 90% das notícias internacionais que vão parar à imprensa ou programas de rádio e televisão, estando apenas 10 a 30% destas relacionadas com os países em vias de desenvolvimento. Estas agências dominam todas as outras, graças aos enormes recursos humanos e financeiros e à tecnologia avançada. Só elas é que podem fazer investimentos tão grandes com vista a adquirirem novo equipamento (a UPI, por exemplo, comprou um sistema electrónico para guardar informação, no valor de 12 milhões de dólares).

O domínio das maiores organizações de informação dos Estados imperialistas no mercado político impõe o carácter imperialista e colonialista sobre o conteúdo da informação. As companhias monopolistas são legisladores nos sectores de métodos e formas de informação, usam os resultados das novas conquistas técnicas aos quais pertencem o uso dos satélites da Terra para transmitir informações, televisão por cabo ou por assinatura, sistemas de informações ou os chamados teletestos.

Segundo o destacado investigador no domínio de informação, o jornalista indiano, D. R. Mankekar¹, as agências, AP, UPI, “Reuters” e “France-Presse”, ao monopolizarem o

mercado de informação dos países em vias de desenvolvimento, impõem-lhes a concepção do mundo que corresponde aos interesses políticos e económicos do Ocidente. Não há diferença essencial quanto ao conteúdo de informação que elas propagam. Expõem uma versão pró-ocidental — principalmente, pró-americana — dos acontecimentos internacionais, embora os EUA, por um lado, e os países em vias de desenvolvimento, por outro, tenham, não raro, opiniões diametralmente opostas sobre problemas como o racismo na África do Sul, a luta de libertação nacional dos povos da África e Ásia, etc. Enquanto os países em vias de desenvolvimento lutam pelas transformações sociais e pela eliminação dos vestígios do colonialismo, Washington vê-se cada vez mais frequentemente do lado das forças neocolonialistas e reaccionárias, manifestando-se pela conservação da desigualdade social e política.

Ao analisar a actividade dos “mass media” ocidentais nos países em vias de desenvolvimento, D. R. Mankekar assinala que, da mesma maneira que a frase “liberdade de comércio” ajudou a Grã-Bretanha a conquistar o mundo, a frase “liberdade de informação” ajuda os EUA a efectuarem o neocolonialismo cultural e económico nos países recém-libertados. Eis porque os EUA defendem com tanta energia a doutrina da chamada “liberdade de informação”. O autor cita as seguintes palavras de J. F. Dulles: “Se eu tivesse de escolher um único aspecto da política externa, escolhia a

¹ D. R. Mankekar. *One-Way Free Flow. Neocolonialism via News Media*, Deli, 1978.

corrente livre de informação”¹. Esta declaração comprova de modo patente o facto de a frase “liberdade de informação” servir de biombo às tentativas dos círculos imperialistas dos EUA de realizarem a sua política externa agressiva: inundam o mercado com milhões de exemplares de revistas como *Time* (com uma tiragem de 5 milhões de exemplares), *Newsweek* (0,5 milhões de exemplares e 35 delegações no estrangeiro), e o *Reader's Digest* (11,5 milhões de exemplares).

É de uma envergadura cada vez maior a expansão no domínio da televisão. Segundo os dados apresentados por Mankekar, nos princípios dos anos 70, os EUA vendiam anualmente para o estrangeiro, 100 a 200 mil horas de programas, tendo aumentado, nos princípios da década de 80, para 40 biliões de dólares a soma total dos investimentos dos EUA na televisão dos países em vias de desenvolvimento. Os programas americanos constituem quase 2/3 da tele-importação de toda uma série de países latino-americanos.

Os círculos oficiais dos países ocidentais prestam um imenso apoio à política do imperialismo na esfera de informação. Não obstante todas as declarações acerca da independência, os maiores consórcios de informação, editoriais, a rádio e a televisão dos países imperialistas procedem de acordo com as indicações do aparelho de política e propaganda externa dos mais poderosos países do Ocidente. Nos últi-

mos anos, os governos destes países criaram e consolidaram os potentes sistemas da propaganda estatal no domínio da política externa, que é o meio principal da sua participação na luta ideológica.

Os Estados Unidos da América representam um vivo exemplo a este respeito. A propaganda que passou a ser chamada “diplomacia pública”, tornou-se um dos principais aspectos da sua política externa. O governo de Washington gasta em propaganda cerca de 2,5 biliões de dólares: todavia, a imprensa americana assinala que, devido à realização da propaganda secreta, as despesas reais atingem um nível ainda mais alto¹.

O principal canal oficial de propaganda dos EUA para os países estrangeiros é a Agência das Relações Internacionais (ARI), criada em 1978, em resultado da fusão de dois organismos: a Agência de Informação dos EUA e o Bureau para as Questões da Educação e Cultura adjunto ao Departamento de Estado. A agência emprega 8671 pessoas, 4489 das quais são americanos, 4182 estrangeiros e tem 204 representações em 127 países. A direcção geral da ARI é exercida pelo director nomeado pelo Presidente por consentimento do Senado. A Agência tem as seguintes secções: secção de coordenação, à qual compete elaborar as recomendações para o Presidente, Secretário de Estado e Conselho de Segurança Nacional,

¹ D. R. Mankekar. Op. cit., p. 68.

¹ Ver: *US News and World Report*, 27 de Agosto de 1979.

relativas à propaganda no estrangeiro e à coordenação de todo o conjunto das relações públicas e relações com o Congresso; secção do conselheiro jurídico; 5 secções geográficas: da África, da Europa, da Ásia Oriental e Oceânia, da América Latina, da África Setentrional, do Médio Oriente e da Ásia Austral. As secções geográficas que dirigem o trabalho das filiais estrangeiras da Agência, funcionam em contacto com as respectivas secções do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional.

Os quatro vice-directores chefiam as direcções da ARI: a Direcção de Radiodifusão, a Direcção dos Programas de Informação, a Direcção de Intercâmbio Cultural e de Educação e a Direcção administrativa.

Os canais seguintes são utilizados pela ARI para o trabalho de propaganda:

- contactos pessoais dos funcionários da ARI no estrangeiro com personalidades políticas, representantes dos “mass media” e intelectualidade local; contactos entre peritos americanos em vários domínios e especialistas locais;

- cinema e televisão. A ARI fabrica anualmente cerca de 200 vídeo-cassetes de programas de televisão e cerca de 100 filmes e, além disso, adquire às empresas cinematográficas comerciais cerca de 200 filmes e programas de televisão a serem projectados no estrangeiro. A ARI tem à sua disposição 204 filmotecas que contêm 200 a 500 filmes, principalmente, em línguas locais. A ARI fornece regularmente à televisão dos países estrangeiros, em primeiro

lugar, dos países em vias de desenvolvimento, os boletins noticiosos especiais e presta ajuda às companhias de televisão estrangeiras, aquando da preparação dos programas sobre os EUA;

- organização dos seminários e simpósios, concessão de manuais e materiais didácticos; 350 mil estrangeiros assistem aos cursos de inglês, organizados em 106 centros binacionais e 29 centros de informação da ARI;

- contactos com a imprensa estrangeira: através de 126 filiais estrangeiras do serviço de teletipo, transmitem-se os textos das declarações oficiais dos dirigentes dos EUA e vários materiais de informação e propaganda a serem entregues à imprensa nacional, com o volume diário de 8 a 12 mil palavras;

- publicação dos periódicos: a ARI edita e divulga no estrangeiro, 10 revistas em 20 línguas, inclusive *Os Problemas do Comunismo*, *América*, *Horizons*, *Topic*, *Al Majal*, *Diálogo*;

- organização das exposições: todos os anos a ARI realiza 10 grandes exposições e participa em muitas feiras internacionais, prestando-se uma atenção especial às exposições na URSS e nos países socialistas. A ARI fornece às suas delegações estrangeiras cerca de 80 exposições grandes e pequenas anualmente;

- bibliotecas e troca de livros: a ARI tem 253 centros de informação, bibliotecas e centros binacionais em 95 países. Nas bibliotecas conservam-se 1,6 milhão de livros e 22 mil de colecções de periódicos. Além disso, a ARI ajuda os editores americanos e estrangeiros a

divulgarem anualmente no estrangeiro cerca de 3 milhões de exemplares de livros em 25 línguas.

Uma função importante da ARI é o estudo da reacção da opinião pública mundial em relação a várias acções da política externa dos EUA, e a elaboração dos respectivos relatórios e recomendações para o Secretário de Estado e o Presidente dos EUA. A ARI tem por objectivo modificar o trabalho de propaganda no estrangeiro com base nos resultados do estudo da opinião pública.

O mais importante canal de propaganda para o estrangeiro de que dispõe a ARI é a rádio, “um dos elementos chaves da política externa americana”. A emissora “A Voz da América”, que faz parte da Agência, transmite em inglês e em 38 línguas estrangeiras numa duração total de 885,5 horas por semana. Além disso, funcionam 112 transmissores de “A Voz da América” com uma potência total de 22 mil kWt (cerca de 50 destes estão nos EUA, e os outros, na RFA, Inglaterra, Marrocos, Libéria, Grécia, Filipinas, Tailândia, Formosa e em outros países). “A Voz da América” tem 23 estúdios em Washington e 7 estúdios em outras cidades dos EUA, e emprega 2400 pessoas. O seu orçamento aumentou de 55 milhões de dólares, em 1977, para 90 milhões de dólares, em 1980, tendo aumentado, durante o respectivo período, de 120 a 194 milhões de dólares, o total das despesas dos EUA em transmissões para o estrangeiro.

O outro importante instrumento de propa-

ganda no domínio da política externa de que dispõe o governo dos EUA é a emissora “Rádio Europa Livre”—“Liberdade” (REL/RL) que está subordinada ao Conselho da Radio-difusão Internacional, formado em 1973, após o desmascaramento público das emissoras “Europa Livre” e “Liberdade” como centros de sabotagem da CIA. A actividade deste organismo reduz-se à intensificação, por meio da REL/RL, da campanha de calúnias contra a URSS e os outros Estados socialistas, assim como ao disfarce das ligações que existem entre esta emissora e os serviços de espionagem dos EUA. O Conselho é formado por 10 membros, escolhidos entre os americanos que se destacaram no domínio da política internacional e dos “mass media”, e é nomeado pelo Presidente por consentimento do Senado. Além disso, fazem parte do Conselho o chefe da administração e o Presidente do Conselho dos Directores da REL/RL. O Conselho tem à sua disposição o aparelho administrativo que consiste nos funcionários de Estado e é chefiado pelo director executivo.

A REL/RL transmite para a URSS e para os países socialistas da Europa, 1.017 horas por semana em 21 línguas, em onda curta e média, por meio de 58 transmissores. Em 1979, começaram as transmissões experimentais em inglês. Nesta emissora trabalham 1730 empregados; entre 1973 e 1980, o seu orçamento aumentou mais do triplo, sendo, no ano financeiro de 1980, de 104 milhões de dólares.

Em 1976-77, foram construídos, na RFA,

12 novos transmissores da REL/RL, de potência de 100 kW. Em 1978, o Senado dos EUA aprovou a destinação de verbas para a construção, na RFA, de 4 novos transmissores de potência de 250 kW. Em 1979, foram concedidas verbas destinadas à construção, em Portugal e Espanha, de 7 transmissores adicionais, cada um com a potência de 250 kWt. Até o ano de 1981, duplicou a potência dos transmissores da REL/RL.

Certas funções no sistema de propaganda americana no domínio da política externa cabem ao Departamento de Estado dos EUA. O Vice-Secretário de Estado para as Relações Públicas recebe instruções do Secretário de Estado mais de 3 vezes por dia, enquanto várias repartições do Departamento de Estado lhe fornecem informações especiais. Além disso, o Vice-Secretário mantém contacto telefónico permanente com o Secretário da Imprensa da Casa Branca e o Secretário do Conselho de Segurança Nacional para as Relações Públicas.

O Corpo da Paz (Peace Corps) mantém a sua importância como um dos elos do aparelho da propaganda externa americana. É uma organização juvenil voluntária, formada em 1961, como um instrumento da realização dos objectivos políticos dos EUA nos países em vias de desenvolvimento. Integra mais de 4 mil membros que fazem a propaganda da “imagem dos EUA” nos países em vias de desenvolvimento. Presta-se uma especial atenção à intensificação das actividades do Corpo, com a

finalidade de tirar dele vantagens ideológicas e políticas. Depois da entrada em funções do Presidente Carter, o Corpo da Paz sofreu transformações radicais: os representantes das minorias nacionais dos EUA—pretos, mexicanos e índios—foram nomeados para certos cargos superiores, esperando-se que eles conseguissem, com mais facilidade do que os americanos brancos, estabelecer contacto psicológico com a população dos países em vias de desenvolvimento. O orçamento do Corpo da Paz atinge 80 milhões de dólares. Está previsto aumentar o número de membros até 6 mil pessoas ao mínimo. Os dirigentes de Washington esperam que o aumento do orçamento permita dar um novo impulso a esta organização que nos anos 70 estava em declínio, causado por toda uma série de reveses da política externa americana e pela queda do prestígio do Corpo da Paz entre a juventude americana, assim como nos países em vias de desenvolvimento.

A finalidade da reorganização realizada é a intensificação do aspecto propagandístico da actividade do Corpo da Paz, em particular, por meio de recrutamento, para as suas fileiras, da juventude de orientação pró-americana dos países em vias de desenvolvimento, perante a qual se coloca a tarefa de fazer com que a propaganda dos Estados Unidos entre numa fase mais alta.

Em 1979, o Presidente dos EUA, Carter, que considera o Corpo da Paz como um importante elo na realização da expansão da

propaganda externa dos EUA, exortou os embaixadores dos países africanos a dirigirem-se a ele pessoalmente, caso os seus países desejassem convidar o Corpo da Paz.

Além disso, a propaganda no estrangeiro é realizada pelo Departamento Militar dos EUA, que tem cerca de 250 rádio-emissoras e 40 centros de televisão, espalhados por todo o mundo. O Ministério da Defesa edita publicações de informação com a tiragem anual de 8 milhões de exemplares. Anualmente, o Pentágono produz 24 documentários cinematográficos e centenas de filmes de curta metragem.

Segundo afirma o jornal *International Herald Tribune*¹, durante os últimos 30 anos, a CIA (Agência Central de Informação) conseguiu criar a sua própria rede global de propaganda, sendo não só um dos centros mais importantes que determina o curso principal da propaganda americana no estrangeiro, mas também fornecendo informação falsa ou deliberadamente falsificada às agências noticiosas do Ocidente, estabelecendo os prazos de realização de várias acções propagandísticas e assegurando a sua coordenação internacional. Cerca de 800 órgãos de informação dos EUA estão subordinados à CIA. Os materiais de informação, preparados pela CIA, são utilizados por 200 jornais, 30 agências noticiosas e dezenas de estações de rádio e televisão dos países estrangeiros. As despesas com acções de

¹ Ver: *International Herald Tribune*, 3 de Janeiro de 1978.

propaganda constituem quase uma quarta parte dos 6 biliões de dólares, destinados às operações secretas da CIA no estrangeiro.

Na Inglaterra, o trabalho do aparelho de propaganda é coordenado e dirigido pelo Governo. A responsabilidade geral pela propaganda dentro do país cabe a um dos Ministros do Governo. Por outro lado, a direcção política da propaganda no estrangeiro, compete ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tem secções de informação especiais que definem a estratégia da propaganda no estrangeiro, assim como controlam e coordenam as actividades de todos os organismos ligados às questões da propaganda externa. Além disso, o Ministério incorpora a Secção da Informação Estrangeira que se ocupa das operações da chamada “propaganda cinzenta”, i. é., da utilização dos materiais autênticos, mas redigidos de uma forma tendenciosa. Desde o dia em que foi criada, nos finais dos anos 40, e até hoje, esta secção se tem dedicado à organização e direcção da “guerra propagandística” contra os países socialistas e em vias de desenvolvimento. Sob pretexto de “informação confidencial”, a secção transmite à imprensa várias falsidades e desinformações, prestando a maior importância às publicações anticomunistas.

Dentro do sistema de órgãos executivos dos serviços de propaganda da Inglaterra, é desempenhado um papel principal pelo Bureau Central de Informação (BCI), Conselho Britânico e BBC (British Broadcasting Corporation, ou seja, Radiodifusão Britânica).

O BCI, ao qual a imprensa inglesa chama “a oficina da propaganda inglesa”, é um organismo governamental financiado pelo orçamento do Estado. O BCI elabora os materiais de informação e abastece com os mesmos, tanto as repartições governamentais, como os “mass media” da Inglaterra. O Bureau publica e divulga, com grandes tiragens, brochuras, ensaios, informações, boletins de notícias, assim como prepara e divulga, dentro do país e no estrangeiro, filmes, programas de televisão e fotografias.

O Conselho Britânico tem 1855 empregados dentro do país, além de 432 funcionários britânicos e 2 mil “empregados locais” em 78 países. Do ponto de vista formal, é uma organização independente, mas, de facto, faz parte do sistema estatal de propaganda da Inglaterra, sendo a sua actividade financiada pelo Governo e controlada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha.

Criada em 1922, a BBC tornou-se uma das maiores organizações do mundo, que exerce uma importante influência sobre a opinião pública internacional. A BBC é encabeçada pelo Conselho Directivo (12 pessoas) nomeado pelo Governo que pode, em qualquer momento, mudar a sua composição. O Conselho Directivo é um órgão que efectua o controlo geral das actividades da BBC e do conteúdo dos programas de rádio e televisão.

O Governo inglês presta uma especial atenção à propaganda transmitida pela BBC para os países estrangeiros. É com esse mesmo

fim que se serve, por uma densa rede, das filiais e representações estrangeiras da BBC. O pessoal do serviço da radiodifusão para o exterior da BBC é de 3500 pessoas; a emissora transmite em 38 línguas, 711 horas por semana; e em inglês, 24 horas por dia, por meio de 77 transmissores, 46 dos quais ficam no território da Grã-Bretanha, e os demais, no estrangeiro. As despesas anuais da BBC com as transmissões para o estrangeiro, que são de 20 milhões de libras esterlinas, são cobertas pelo Estado.

A actividade da BBC é rigidamente controlada pelo Governo e, em primeiro lugar, pela Secção de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que define a política e o conteúdo de toda a propaganda externa da Grã-Bretanha.

O trabalho da BBC está estreitamente ligado às actividades do serviço de espionagem inglês, ou seja, do “Intelligence Service”. A par com as operações de espionagem directa que a BBC realiza no ar, de acordo com as ordens do “Intelligence Service”, o seu serviço de interceptação, como também se sabe, satisfaz principalmente as necessidades deste departamento de espionagem, mantendo com o mesmo contactos de trabalho, dia a dia. Além disso, de acordo com o tratado de 1948, a BBC troca informações radiofónicas com a CIA, com a qual coordena o seu trabalho de interceptação para se evitar a duplicação.

Devidamente preparados, os materiais obtidos por meio da rádio-intercepção também se

utilizam para efectuar a chamada “propaganda negra”, dirigida contra os países independentes em vias de desenvolvimento. Por exemplo, as intercepções da BBC eram utilizadas, em particular, pela emissora ilegal subversiva “A Voz da África Livre” que transmitia em nome dos guerrilheiros que lutavam contra o Governo de S. Machel, dos seus estúdios que pretensamente se teriam mantido no território de Moçambique. Na realidade, a dita emissora encontrava-se na Rodésia, e era precisamente dali que, utilizando as frequências da companhia de radiodifusão rodesiana, realizava a propaganda orientada para o derrubamento do Governo legítimo de Moçambique.

Os materiais do serviço de intercepção da BBC são entregues à Secção de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. As relações com os departamentos de espionagem não se ostentam e, em regra, os dirigentes da BBC afirmam que a poderosa e vasta rede de intercepção da BBC serve, em primeiro lugar, os interesses da própria emissora.

Na RFA, as questões relacionadas com a propaganda externa são de competência do Departamento Federal de Imprensa e Informação. O orçamento anual do Departamento é de 120 milhões de marcos. A propaganda externa da RFA é levada a cabo por vários organismos que são formalmente independentes, sendo, porém, completamente controlada pelo Departamento de Cultura do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA.

A maior organização ideológica da Alemanha Ocidental é o instituto Goethe, que se ocupa da concretização dos planos, a longo prazo, de expansão cultural e política da Alemanha Ocidental no estrangeiro. A par com 18 filiais na própria RFA, tem 116 filiais em 60 países do mundo, que constituem o núcleo da política externa da RFA. O pessoal do Instituto é de 2453 empregados, trabalhando na Alemanha Ocidental apenas 119 destes, e os outros, no estrangeiro. O orçamento do Instituto é de 85 milhões de marcos. A assinatura do acordo sobre as relações entre o Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal e o Instituto Goethe significa a intensificação do controlo por parte do Estado, (em primeiro lugar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros) sobre as actividades do Instituto.

A propaganda radiofónica é realizada na RFA pelas emissoras que transmitem para o estrangeiro: “Deutsche Welle” e “Deutscher Rundfunk.”

A emissora “Deutsche Welle” transmite em 33 línguas mais de 620 horas por semana (o orçamento de 1975 foi de quase 150 milhões de marcos). Em 1972, “Deutsche Welle” introduziu o maior conjunto do mundo de 12 transmissores de ondas curtas de 500 kWt cada um, aumentando 5 vezes a sua capacidade de transmissão. A “Deutscher Rundfunk” transmite em 30 línguas da Europa 144 horas por semana.

As organizações que se dedicam ao estudo

da URSS e dos outros países socialistas desempenham um papel destacado na propagação das ideias anti-soviéticas e anticomunistas que se utilizam na propaganda externa. Na RFA, funcionam cerca de 100 centros soviológicos de toda a espécie, que fazem parte do chamado sistema de *Ostforschung*. No que diz respeito ao seu equipamento e quadros, são a base mais poderosa e bem organizada de anti-sovietismo e anticomunismo, não só da Europa Ocidental, mas em todo o mundo, sendo talvez inferior apenas aos seus homólogos americanos. A maioria das organizações do *Ostforschung* colabora com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA, Departamento do Chanceler Federal e Ministério das Investigações Científicas. São financiados tanto pelo Estado, como por vários fundos privados: "Volkswagen", "Siemens", "AEG", "Bayer", "Deutsche Bank", "Dresdner Bank", etc. Os chamados centros soviológicos mantêm amplos contactos com as principais organizações de investigação científica, cujos temas de investigação, à primeira vista, não têm nada a ver com a "soviologia". Entretanto, os empregados destes institutos participam em várias publicações anti-socialistas, sendo uma espécie de "base científica" para muitos dos centros acima mencionados. Semelhantes centros e institutos soviológicos foram criados junto de muitas universidades da RFA, inclusive a Universidade de Bona, Universidade de Hamburgo, Universidade de Heidelberg, Universidade de Colónia, etc.

Ultimamente, os círculos oficiais da França têm tomado certas medidas, visando tornar mais rigoroso o seu controlo das actividades dos "mass media" (em primeiro lugar, na arena internacional). O Ministério da Informação e Cultura, juntamente com outros departamentos do Estado, participa na elaboração da política do Governo relacionada com os intercâmbios e os programas de rádio e televisão que se transmitem inclusivamente através dos satélites de comunicação. Ao Ministério compete também distribuir os recursos financeiros, materiais e técnicos entre os órgãos dos "mass media".

A França transmite para o estrangeiro 110 horas por semana. A emissora "Radio France-Intern" (RFI) mantém contactos estreitos com os organismos directivos e de política externa do país: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Informação e Transmissões do Primeiro Ministro e Chancelaria do Presidente. Desde o dia em que foi criada, em 1975, a "Radio France-Intern" sofreu várias reestruturações que visavam levar em consideração, de modo cada vez mais completo, as viragens da política externa do Palácio do Eliseu. Na primeira etapa da sua existência, a RFI servia de "instrumento para manter relações com os países de língua francesa", em primeiro lugar, os do continente africano e da zona do Oceano Índico. No entanto, passado pouco tempo, foram criadas novas redacções com vista a transmitirem para o Canadá, América Central, Escandinávia, Portugal, Grécia, Turquia, assim

como para os países da Europa Central e Oriental. A geografia dos programas da RFI continua-se a ampliar, o que demonstra o desejo dos dirigentes da França de não só consolidarem a presença francesa na radiodifusão internacional, mas também de a alargarem o mais possível.

Um importante aspecto das actividades da RFI é a propaganda para os países em vias de desenvolvimento: 26 centros radiofónicos nacionais e regionais dos países africanos recebem diariamente informação da RFI. Em regra, a troca de informação tem carácter unilateral.

A RFI realiza a doutrinação ideológica dos 4 milhões de operários estrangeiros residentes em França. A RFI transmite em 9 línguas para esta categoria de ouvintes, sendo um dos objectivos destes programas resistir à influência das organizações de esquerda da França e, em primeiro lugar, à do Partido Comunista.

Intensifica-se a expansão ideológica da França nos países em vias de desenvolvimento que antigamente faziam parte do império colonial francês. Foram criados vários estabelecimentos de propaganda, com a finalidade de divulgarem, nestes países, os materiais de informação franceses. A Nova Agência de Imprensa e a Nova Agência Internacional de Imprensa especializam-se em problemas dos países em vias de desenvolvimento. As agências preparam para a divulgação, nestes países, vários boletins, entrevistas, reportagens, ilustrações, etc., utilizando, para este fim, informa-

ções dos seus correspondentes efectivos assim como as do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Estas agências são também controladas pelo Governo.

Funcionam, no estrangeiro, cerca de 200 escolas primárias, liceus e colégios franceses, o que constitui um dos traços mais característicos da expansão política e propagandística da França. É de notar que, se os estabelecimentos de ensino franceses desempenham um papel principal na formação da futura elite local, então, os “centros culturais” exercem influência sobre amplas massas de adultos e adolescentes. Em 1974-75, a Direcção Principal das Relações Culturais, Científicas e Técnicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França mantinha no estrangeiro (principalmente, nos países em vias de desenvolvimento) 137 institutos e centros da cultura francesa.

Segundo um dos documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, o objectivo da actividade propagandística do país no estrangeiro consiste em assegurar, da melhor maneira e o mais eficiente possível, a presença intelectual da França no mundo. Em 1976, a França gastou com este fim 596 milhões de francos, ou seja, uma quarta parte de todo o orçamento do Ministério de Informação e Cultura, não contando com as despesas da rádio e televisão francesa (o volume anual de exportação dos materiais radiofónicos para 77 países do mundo é de 6 mil horas), assim como os subsídios estatais e os recursos concedidos pelas organizações privadas, como “Aliance

Française”, “Aliance Universelle” e “Mission Laique Française”. A França gasta anualmente com a indústria de informação 20 bilhões de francos, devido ao que chegou a ocupar o segundo lugar no mundo, depois dos EUA, quanto ao volume da propaganda externa.

Os Estados imperialistas aumentam a construção e a utilização de grandes centros de radiodifusão no estrangeiro para consolidação e divulgação da sua influência ideológica. De acordo com os dados do *BBC YEARBOOK* de 1981, numa série de países procede-se hoje à construção de estações de rádio que facilitem a recepção das transmissões da América. Na RFA estão em funcionamento quatro emissoras de ondas curtas com a potência de 250 kW cada uma, sete estações de rádio de ondas curtas com a mesma potência, estão a ser construídas em Portugal para serem usadas pelas emissoras “Europa Livre” e “Liberdade”.

A estação de rádio “Deutsche Welle” aumentou o volume das suas transmissões em turco, em espanhol e português para a América Latina. “Deutschlandfunk” intensificou as suas transmissões em holandês. Como resultado das longas negociações com o Governo de Sri Lanka, foi assinado um acordo sobre a construção duma estação de retransmissão neste país. A estação será provida de uma radiodifusora de ondas médias e quatro retransmissores de ondas curtas, três dos quais serão de 250 kW de potência.

Conforme uma notícia no jornal *Ceylon Daily News* de 22 de Janeiro de 1981, os

Estados Unidos da América, actuando através da Agência Internacional de Comunicação, construirão e utilizarão em Sri Lanka um retransmissor para a estação de rádio “Voz da América.”

No dia 9 de Fevereiro de 1981, o jornal *L'Union*, do Gabão, publicou que o Primeiro-Ministro do Gabão, na presença do Ministro da Defesa e para os Assuntos de Colaboração da França tinha inaugurado a mais potente estação de rádio da África. A estação de rádio “África-1” tem quatro emissoras com a potência de 500 kW cada uma. A sua construção custou 64 milhões de dólares. Foi construída num planalto (700 metros acima do nível do mar) no sul do país, a uns 500 quilómetros de Libreville, capital do Gabão. Ao Governo do Gabão pertencem 60% das acções deste estação e à companhia francesa “Sofrea” (que une a companhia “Sofirad” e a agência “Hovas”) pertencem 40%. A estação de rádio transmitirá os seus programas 18 horas por dia das quais durante 6,5 horas retransmitirá programas da rádio estatal francesa.

Paralelamente à construção de centros novos em países em vias de desenvolvimento, o imperialismo é atraído pelas possibilidades da China nesta causa. Desenvolve-se a integração da propaganda de Pequim com os serviços de propaganda dos Estados imperialistas ocidentais. Além disso, Pequim desempenha um papel de parceiro subalterno na propaganda anti-soviética e anticomunista dos EUA. As forças do imperialismo aumentam, cada vez

mais, a ajuda material para a propaganda anti-soviética e anticomunista realizada por Pequim. A radioemissora “Rádio Pequim” une-se às estações de rádio “Liberdade” e “Europa Livre”, famigeradas pelas suas acções provocadoras e financiadas pela CIA. As actividades destas radioemissoras são dirigidas contra os países socialistas e visam minar o processo de desanuviamiento com divulgação de informações caluniosas sobre a União Soviética e os outros países socialistas, por meio da propaganda da “guerra fria”.

Claro que uma pressão tão violenta da influência ideológica estrangeira não pode deixar indiferentes os círculos políticos dos Estados em vias de desenvolvimento e não alinhados, que consideram o imperialismo de informação como uma ameaça directa à sua luta pela verdadeira independência nacional e progresso social. Os países em vias de desenvolvimento pronunciam-se a favor de uma ligação indissolúvel entre a luta pela nova ordem económica internacional e a nova ordem no domínio de informação.

Graças aos esforços dos Estados socialistas e em vias de desenvolvimento, já foram dados os primeiros passos com vista à remodelação das relações de informação internacionais. Trata-se, entre outras coisas, da adopção da Declaração da UNESCO (Novembro de 1978) sobre os princípios da actividade dos “mass media” no âmbito internacional. As principais reivindicações dos países em vias de desenvolvimento, quanto ao estabelecimento da nova ordem de

informação internacional, são as seguintes:

- consolidação da soberania nacional no domínio da informação, a defesa e assistência aos sistemas dos “mass media” nacionais;

- prestação de ajuda, por parte dos países desenvolvidos, na criação dos sistemas de informação nacionais e na preparação dos quadros nacionais;

- liquidação do desequilíbrio na troca de informação entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento; aumento de volume e qualidade da informação divulgada sobre os países em vias de desenvolvimento;

- regulamentação da actividade dos “mass media” na arena mundial, elevação da responsabilidade dos jornalistas pela informação divulgada;

- desenvolvimento da cooperação entre os países em vias de desenvolvimento no que se refere à informação; criação das unidades e associações de informação regionais destes países;

- concessão, aos países em vias de desenvolvimento de maior número de cargos em todos os departamentos dos serviços de informação da ONU.

A terceira conferência do Conselho Intergovernamental para a Coordenação e Cooperação entre os Países Não Alinhados no domínio de Informação, realizada em Lomé, no Togo, em 26 de Abril de 1979, adoptou a seguinte resolução:

«Os países não alinhados, inspirados pelos resultados atingidos até hoje, vão desenvolver e

consolidar a cooperação em todos os ramos de informação, baseando-se nos princípios de:

- independência, soberania e integridade territorial de todos os países e não ingerência nos seus assuntos internos;

- direito de cada país de desenvolver o sistema de informação nacional, assim como os seus sistemas económico e social, lutando contra a monopolização de informação;

- direito de cada país de cuidar dos seus interesses e aspirações, assim como dos seus valores políticos, morais e culturais;

- direito de cada país de utilizar os seus próprios «mass media» para informar os outros povos quanto aos seus objectivos e aspirações e os seus valores políticos, morais e culturais;

- direito de troca de informação entre todos os países, numa base justa;

- responsabilidade dos indivíduos e organizações participantes da troca de informação, pela veracidade e objectividade de informação;

- direito de cada Estado de lutar, dentro dos limites constitucionais, contra a divulgação da informação errada ou falsificada, que tem por objectivo prejudicar os seus interesses ou os interesses das relações de boa vizinhança existentes entre os Estados;

- direito de procurar uma informação positiva, que contribua para a cooperação internacional em pé de igualdade, entendimento mútuo entre os povos, paz, segurança, progresso e para as relações democráticas entre os países e povos;

- concessão de garantias e da devida defesa aos jornalistas e outros sujeitos participantes do processo de troca de informação, aquando do exercício das suas funções, desde que tenham responsabilidade pela missão que executam;

- necessidade da distribuição mais justa dos «mass media» no âmbito internacional;

- desenvolvimento de cooperação, em pé de igualdade, em todos os ramos de informação e a todos os níveis: bilateral, inter-regional, regional e multilateral.

Lutando por relações iguais, humanas e democráticas, os países não alinhados assumem a obrigação de respeitarem estes princípios nas suas relações mútuas. Consideram-nos como direcções básicas que podem regular não só as relações entre os países não alinhados, mas também as suas relações com os demais países do mundo».

A resolução da Conferência de Lomé foi apresentada para a aprovação da 6ª Conferência dos chefes dos Estados e Governos dos países não alinhados, realizada em Havana, em Setembro de 1979. A Conferência do Movimento dos Não Alinhados aprovou a resolução na íntegra e adoptou-a como um dos documentos da Conferência de Havana. Mais ainda, no seu documento básico, que é a Declaração Final, a Conferência de Havana reiterou a necessidade de lutar pela nova ordem internacional na esfera de informação. A Declaração afirmou a seguir que já foi alcançado o êxito considerável no que se refere à cooperação dos

países não alinhados no campo de informação, na via de libertação do domínio estrangeiro e da criação dos «mass media» nacionais.

Na Declaração de Havana foram expostas as condições necessárias para se concretizar a nova ordem internacional no domínio de informação: a consolidação dos «mass media» nacionais e dos sistemas de meios de comunicação de massas; a elevação da importância das fontes de informação nacionais no que diz respeito à interpretação dos problemas ligados com o desenvolvimento social, económico e cultural de cada país e povo, assim como as suas acções comuns a nível internacional; a preparação dos quadros nacionais (independentemente e com a ajuda de outros países não alinhados, assim como a nível internacional, através da ONU e seus organismos especializados); o desenvolvimento da base técnica e tecnológica, como uma condição indispensável de estabelecimento da nova ordem internacional na esfera de informação.

O conteúdo destas condições mostra que os Estados não alinhados que incorporam a maioria dos países em vias de desenvolvimento, se pronunciam contra as relações injustas e desiguais em direitos que existem no domínio de troca de informação e de desenvolvimento dos «mass media» contemporâneos.

O atraso dos países em vias de desenvolvimento no domínio dos «mass media» é uma consequência do passado colonial, do facto de os Estados imperialistas que actualmente dominam na esfera de informação, realizarem a

política de neocolonialismo cultural, de opressão da cultura nacional e de imposição, aos povos em vias de desenvolvimento, da cultura consumidora burguesa que lhes é alheia, assim como de propaganda do modo de vida ocidental e das «vantagens» do regime capitalista. Esta política levou à situação em que a imprensa nacional, a rádio e televisão, a cinematografia, as publicações das editoriais e os sistemas de instrução e educação ficam impregnados das ideias alheias aos costumes e tradições nacionais. Durante muitos anos, tem-se procurado fazer com que o leitor, ouvinte ou espectador da Ásia, África e América Latina se interesse mais pelos acontecimentos na Europa ou nos EUA, do que pelos problemas vitais do seu próprio desenvolvimento político, económico e cultural, da solução dos quais depende o futuro dos Estados que se libertaram. É a esta mesma política que se deve o facto não raro de a comunicação telegráfica ou telefónica entre os dois países vizinhos da Ásia, África e América Latina se efectuar através de Londres, Paris ou Nova Iorque.

Na luta ideológica contra o imperialismo torna-se cada vez mais importante a união dos países em vias de desenvolvimento para se oporem ao «colonialismo espiritual», assim como a criação das unidades de informação internacionais e regionais que contribuam para a luta anti-imperialista.

Desde 1975 que funciona a Associação das Agências de Informação dos países não alinhados que incorpora 62 agências nacionais da

Ásia, África e América Latina e alguns países da Europa. Em cada um destes continentes existem centros regionais, sendo este papel desempenhado pelas agências nacionais de Cuba, Tunísia, Jugoslávia e Índia. Dedicam-se à recolha e divulgação, entre os países membros da associação, da informação referente, na sua maior parte, aos acontecimentos que se dão nesta ou naquela região dos países não alinhados. Além disso, são criadas as associações de rádio e televisão dos países não alinhados.

Foi criada a Organização das Agências de Informação da Ásia (OAIA), com o centro em Jacarta, que abrange as agências de informação do Paquistão, Indonésia, Malásia, Sri-Lanka, Coreia do Sul, Filipinas e Índia. Foi criada a Agência de Informação dos países membros da OPEP. Em Janeiro de 1981 foi tomada uma resolução sobre a criação da rede asiática de informação.

Começou a funcionar, no quadro da Organização da Unidade Africana (OUA), a Agência Noticiosa Pan-Africana.

A ideia de criar um órgão de informação dos países africanos surgiu em 1963, na Sessão da Organização da Unidade Africana, em Adis-Abeba. Não obstante, passaram mais de 15 anos antes de se começar a elaboração das sugestões concretas quanto à realização desta ideia, embora durante todo este período o problema da sua criação se tenha discutido em várias conferências e reuniões da OUA.

Na atitude para com a criação do órgão de

informação dos países africanos, revelaram-se várias tendências que reflectem a grande variedade política dos regimes dos países membros da OUA. O grupo dos países da África Setentrional e Ocidental, encabeçado pelo Senegal, e que se encontra sob a influência da França, queria que o futuro órgão de informação africano se dedicasse principalmente à educação no campo de cultura, instrução, desporto, etc. Foi apenas sob pressão das forças progressistas que se decidiu que a Agência Noticiosa Pan-Africana também teria uma orientação política. Em Abril de 1979, em Adis-Abeba, foi anunciada a fundação da Agência Noticiosa Pan-Africana (PANA). No preâmbulo da Convenção sobre a criação da PANA, assinala-se que os Estados membros da OUA estão convencidos de que a informação deve representar uma arma poderosa na luta contra o colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, apartheid, racismo, sionismo e todas as formas de domínio, podendo os «mass media» e os meios de comunicação desempenhar um importante papel no estabelecimento da nova ordem mundial que se baseie na liberdade, justiça, igualdade, paz e democracia.

Os objectivos da Agência Noticiosa Pan-Africana são os seguintes:

— contribuir para o cumprimento dos objectivos e tarefas da OUA, relacionados com a causa da consolidação da independência, unidade e solidariedade dos países africanos;

— divulgar maior quantidade da informação, o que contribui para a luta de libertação

que os povos travam contra o colonialismo, imperialismo, apartheid, racismo, sionismo e todas as formas de exploração e opressão;

- contribuir para a troca eficaz de informação política, económica, social e cultural entre os Estados membros da OUA;

- contribuir para a integração sub-regional e regional dos países africanos e para a consolidação da sua cooperação bilateral e multilateral, por meio da divulgação rápida e permanente da informação objectiva e verídica;

- lutar contra a imagem falsificada da África e dos países e povos africanos, que é um resultado da informação tendenciosa (incompleta) e negativa, divulgada pelas agências noticiosas estrangeiras;

- fundar o Banco Africano de Informação, com vista a criar condições para a recolha e divulgação da quantidade suficiente de documentos;

- contribuir para o fortalecimento das agências noticiosas nacionais já existentes, assim como para a criação das agências nacionais e institutos multinacionais de ensino de informação, inclusive, se for necessário, com a assistência por parte das organizações internacionais competentes;

- conservar e manter os meios de comunicação tradicionais, quer verbais, quer escritos ou visuais;

- cooperar com as outras agências noticiosas africanas, com a finalidade de se conseguir

uma maior influência sobre a imprensa, rádio, televisão e cinema.

A Agência recebe informação das agências noticiosas dos países membros e dos outros órgãos de informação oficiais destes países. Informa sobre os acontecimentos em África, assim como sobre o processo da luta de libertação dos países africanos que ainda se encontram sob o jugo estrangeiro. Por consentimento dos países que não têm as suas próprias agências noticiosas, a PANA pode recolher e divulgar informação nestes países. A divulgação de informação é realizada pela Agência com base no princípio de igualdade dos Estados membros, de respeito mútuo e interesses comuns.

As actividades da Agência são controladas pela Conferência dos Ministros de Informação e pelo Conselho Intergovernamental. A Conferência dos Ministros de Informação define a direcção geral da política da Agência, visando conseguir o cumprimento dos objectivos e tarefas acima mencionados, assim como estuda e aprova o orçamento da Agência, elege os membros do Conselho Intergovernamental e nomeia o Director Geral. A Conferência é convocada uma vez por ano.

O Conselho Intergovernamental é composto por 14 Estados membros, eleitos para o prazo de 2 anos. O Conselho da presente convocação (de 1980 a 1982) é dirigido pelo representante da República Popular de Angola, secretário do CC do MPLA-Partido de Trabalho, Lúcio Lara. O Secretário-geral da

OUA tem, no Conselho, o estatuto de observador (conselheiro).

A composição do Conselho é a seguinte: a África Setentrional—2 lugares; África Ocidental—4 lugares; África Central—3 lugares; África Oriental—3 lugares e África Austral—2 lugares.

O Conselho dirige os trabalhos da PANA no período entre as sessões da Conferência dos Ministros e é normalmente reunido uma vez por ano.

Os recursos financeiros da Agência compõem-se dos lucros da própria Agência, contribuições dos países membros e também da ajuda prestada pelas organizações internacionais. A PANA tem o estatuto de agência especializada junto à OUA e mantém contactos com os organismos internacionais ligados aos problemas de informação. A sede da Agência está em Dakar, no Senegal.

Os dirigentes da República Popular de Angola, levando em consideração a importância dos primeiros passos práticos da nova agência, realizaram de maneira muito séria a preparação da primeira reunião do Conselho da PANA em Lobito, Angola, em Janeiro de 1980, em que usou da palavra o Presidente do MPLA-Partido do Trabalho, Presidente da RPA, J.E. dos Santos, que apreciou altamente o papel da agência recém criada para a divulgação da informação verídica sobre os países da África. O discurso do Presidente da RPA definiu a orientação política básica dos trabalhos do Conselho. No discurso abordaram-se os

problemas da luta dos povos da África contra o colonialismo e pela liberdade e independência, assim como os problemas da solidariedade internacional no âmbito da ajuda à luta de libertação nacional dos povos, inclusive da ajuda prestada pelos países socialistas.

O Director-geral da PANA, L. Diallo, (Senegal) sugeriu o sistema de trabalho de 3 fases, cuja essência se reduz ao seguinte: na primeira fase, a Agência deve ocupar-se da divulgação da informação só de carácter desportivo, cultural e recreativo; na segunda fase, será adicionada a informação sobre os problemas económicos e só depois na terceira fase, é que vão aparecer as condições para a divulgação da informação política, a qual não deve iniciar-se antes de 1984. O representante da Nigéria criticou violentamente o discurso do Director-geral, propondo começar a divulgação política já em Julho de 1980, ao informar sobre o decorrer da cimeira da OUA, na Serra Leoa. Propôs que se utilizassem as agências noticiosas nacionais, nos centros das filiais regionais, com vista a recolherem a respectiva informação. As propostas do delegado nigeriano foram apoiadas pelos representantes da Gana, Angola, Zâmbia, Moçambique, Sudão, Quênia, Mauritânia, Ruanda, Lesoto e Argélia. O Conselho decidiu por unanimidade começar o trabalho da Agência Noticiosa Pan-Africana em Julho de 1980, com os programas de informação política sobre as sessões da cimeira da OUA.

O Conselho Intergovernamental da PANA criou uma subcomissão composta por representantes da Argélia, Angola, Nigéria, Ruanda e Zâmbia, que elaborou propostas concretas sobre o início do trabalho da PANA.

A imprensa, rádio e televisão de Angola prestaram muita atenção às actividades do Conselho Intergovernamental da Agência Noticiosa Pan-Africana. O *Jornal de Angola* publicava diariamente amplas reportagens sobre o curso de trabalho do Conselho. Foram publicados na íntegra os discursos do Presidente da RPA, J.E. dos Santos, e do Secretário do CC do MPLA-Partido do Trabalho, L. Lara. A rádio e televisão faziam reportagens diárias sobre as sessões do Conselho. Terminados os trabalhos do Conselho, muitos delegados afirmaram que em Angola, durante alguns dias, foi feito mais para a criação da PANA, do que durante os 16 anos anteriores. Entretanto, foi assinalado que este era apenas o primeiro passo concreto e que havia muito trabalho difícil para fazer, para levar a cabo as decisões do conselho.

Em Julho de 1980, em Iaunde, ao usar de palavra na Conferência Pan-Africana sobre os Problemas da Política no Campo dos «Mass Media» e Comunicações, o Presidente dos Camarões, Amadou Ahidjo, condenou categoricamente «a agressão diária dos 'mass media' dos países imperialistas contra os países em vias de desenvolvimento». Declarou ainda que a criação da PANA «deve constituir um meio eficaz de libertação do povo africano,

de fomento da corrente de informação entre os nossos Estados e, mormente, de controlo da utilização de informação sobre a África».

Os monopólios de informação encaram com preocupação o surgimento e as actividades das associações dos países em vias de desenvolvimento, considerando-as como uma ameaça ao seu domínio na esfera de informação. As medidas forçadas para ajudar os países em vias de desenvolvimento, tomadas pelos monopólios de informação e governos dos poderes imperialistas estão longe de ser desinteressadas. A prestação deste tipo de ajuda é causada pelas circunstâncias políticas e, em primeiro lugar, pela necessidade de reconhecer a notória «corrente livre de informação» e o «livre acesso» a qualquer informação, independentemente da vontade ou soberania do país que recebe a ajuda. Ao prometer os créditos para financiar os projectos de informação nacionais ou regionais, o Ocidente exige que a concessão dos ditos créditos se efectue não através da ONU, UNESCO e outras organizações intergovernamentais, mas sim, através dos bancos e companhias que o Ocidente oferece e que assegurem a observação dos interesses dos círculos imperialistas.

Em Abril de 1980, em Paris, foi convocada, por iniciativa da UNESCO, a Conferência Intergovernamental sobre a Cooperação no Campo dos Programas, Necessidades e Medidas Ligados ao Desenvolvimento das Comunicações, i. é., em primeiro lugar, sobre a

prestação de ajuda aos países em vias de desenvolvimento para desenvolverem os «mass media».

A delegação da URSS, na Conferência de Paris, formulou de maneira muito clara a sua posição em relação ao problema dos métodos de prestação de ajuda aos sistemas de informação nacionais dos países em vias de desenvolvimento. Em primeiro lugar, baseia-se na necessidade de respeitar rigidamente a soberania do país que recebe a ajuda. A prestação, aos países em vias de desenvolvimento, de ajuda técnica e financeira no domínio de informação e comunicações deve realizar-se, não através dos bancos, consórcios e fundos privados que, no fim de contas, servem os interesses dos monopólios multinacionais, cuja actividade possa ser controlada e orientada pela UNESCO. O funcionamento de semelhante mecanismo internacional deve basear-se nos princípios de utilização dos «mass media» no interesse de consolidação da paz, entendimento mútuo, confiança e cooperação internacional, assim como nos interesses de luta contra o racismo, apartheid e instigação à guerra. Deve também basear-se numa minuciosa análise da perspectiva de desenvolvimento de informação no mundo contemporâneo e no futuro, procurando, ao mesmo tempo, eliminar a desproporção na troca de informação internacional.

As agências noticiosas dos países socialistas empreendem medidas concretas com vista a prestarem ajuda multilateral na consolidação

dos sistemas de informação nacionais dos Estados em vias de desenvolvimento. A Agência Telegráfica da União Soviética (TASS) e a Agência de Imprensa «Nóvosti» (APN) assinaram uma série de acordos sobre a ampla cooperação com as agências noticiosas estrangeiras. Com base nesta cooperação, por exemplo, os países que estão tão longe da União Soviética, como Cuba e Vietname socialistas, podem captar, por meio do sistema de satélites da Terra, os programas de televisão de Moscovo e, por sua vez, enviar, para a televisão da URSS e outros países da «Intervisão», a informação sobre a vida dos seus países.

A outra via de cooperação é a formação dos quadros nacionais. Nos últimos anos, os estabelecimentos de ensino soviéticos prepararam cerca de mil especialistas de alta qualificação para os órgãos dos «mass media» dos países em vias de desenvolvimento. Os ritmos de formação destes especialistas, dos quais têm tanta necessidade os órgãos de imprensa, televisão e rádio e as agências noticiosas dos países em vias de desenvolvimento, vão aumentando cada vez mais, tanto na URSS, como nos outros países socialistas. Anualmente, a URSS gasta com este fim mais de 5 milhões de rublos.

E, finalmente, um importante aspecto de cooperação é o conhecimento da experiência da União Soviética e dos outros países socialistas no campo de informação, sobretudo da experiência das repúblicas nacionais orientais da URSS.

Um exemplo concreto de formação da estrutura de informação é a experiência de uma das repúblicas da Ásia Central Soviética: o Uzbequistão. Mudanças verdadeiramente gigantescas se operaram, durante 6 decênios do poder soviético, nesta república cuja população, antes da revolução de Outubro, era quase 100% analfabeta, em que não existia nenhuma casa editora e não se publicavam jornais. Hoje em dia, funcionam, no Uzbequistão, 7 editoriais estatais e 128 empresas tipográficas, publicam-se revistas e outros periódicos e 260 jornais, 168 dos quais, em língua uzbeque. A rádio da república transmite em 12 línguas (inclusive, em 7 línguas estrangeiras para outros países), numa duração de 40 horas por dia. Mais de 90% da população da república pode ver os programas de televisão.

A atitude da União Soviética e dos outros países socialistas para com os problemas de informação a serem resolvidos pelos países em vias de desenvolvimento, foi formulada de maneira muito clara na saudação enviada por L. I. Bréjnev aos participantes do Seminário Internacional dos Jornalistas, realizado em Tashkent, em Setembro de 1979.

«É com compreensão e simpatia que os soviéticos encaram o desejo dos povos da Ásia, África e América Latina de criarem os seus próprios órgãos de informação e de se protegerem da expansão ideológica do imperialismo, pondo fim ao «colonialismo espiritual». É evidente que esta via pressupõe uma luta tenaz, dependendo o grau de êxito das acções

coordenadas dos Estados em vias de desenvolvimento e dos seus amigos e aliados, i.é., dos países da comunidade socialista. Nesta causa justa, os jornalistas progressistas de todo o mundo podem contar com o nosso apoio sincero»¹.

¹ *Pravda*, 4 de Setembro de 1979.

Conclusão

O exame dos problemas básicos da luta ideológica na arena internacional demonstra as tendências essenciais e as particularidades básicas desta luta, as quais têm de ser levadas em conta na vida prática, no planeamento e na realização da política interna e externa de cada país socialista, de um país da orientação socialista, dos Estados em vias de desenvolvimento e dos não alinhados.

Entre as conclusões mais importantes que poderiam ser feitas na base da análise de vários aspectos da actual luta ideológica, em primeiro lugar é preciso notar o seguinte.

Na actual conjuntura esta luta torna-se mais complicada e mais agravada. Isto tem de ser tomado em consideração porque agravamentos e complicações da luta ideológica não são fenómenos temporários, mas que durarão muito tempo.

A essência principal da luta ideológica consiste na luta entre a ideologia do comunismo científico, do marxismo-leninismo e a ideologia da burguesia contemporânea; ou seja, a ideologia do anticomunismo, anti-sovietismo e neocolonialismo. Isto é também

natural, porque o sentido básico da época actual consiste na transição do capitalismo para o socialismo e significa que a luta se dá entre os adversários principais do combate mundial de classe, entre o proletariado revolucionário que tem base material para suas actividades nos países socialistas e as forças do imperialismo e da reacção internacionais. A luta entre a ideologia do comunismo científico e a ideologia burguesa é irreconciliável como demonstra o estudo da luta ideológica na arena internacional. O exame dos problemas da luta ideológica na arena internacional mostra que na luta geral contra o comunismo e contra a via de desenvolvimento não capitalista e o progresso social participam não só agentes directos das forças mais agressivas e reaccionárias do imperialismo e hegemonia, mas também os representantes de outros agrupamentos sociais que lutam sob a bandeira do nacionalismo, democratismo social o de outras concepções.

Independentemente de particularidades de uma ou de outra ideologia, na luta ideológica é necessário ver que fins, do capitalismo ou do socialismo serve a ideologia examinada. A essência de uma ou de outra teoria define-se pelo papel principal que ela gostaria de desempenhar, pelo papel na luta para a reconstrução do mundo e do país nos princípios socialistas ou capitalistas. É por isto que, apresentando opiniões de vários dirigentes de países em vias de desenvolvimento, premeditadamente não determinamos o seu reaccionarismo ou a sua progressividade. Tudo isto tem de ser determi-

nado pelos fins a que estas opiniões servem, aos do socialismo científico ou do fortalecimento do capitalismo.

No desanuviamiento, o sentido e as formas da luta ideológica que o imperialismo realiza não raramente têm carácter subversivo. As subversões ideológicas das forças do imperialismo saem dos limites das normas determinadas pelo direito internacional; é por isto que é necessário dominar essas tendências, determinar os limites de actividade dos «mass media» e regulamentar a actividade de informação na esfera internacional. O desenvolvimento do mundo, nos últimos decénios, demonstra que se abriu uma nova frente da luta anti-imperialista, i.é., a frente de luta pela descolonização de informação, contra o colonialismo espiritual e o imperialismo de informação. Hoje assume uma importância excepcional um problema muito importante: o problema do estabelecimento da nova ordem de informação internacional, ou seja, da ordem libertada da dependência dos «mass media» dos países em vias de desenvolvimento do domínio dos monopólios de informação imperialistas. Isto deve significar uma troca de informação igual em direitos e mutuamente vantajosa entre Leste e Oeste, Norte e Sul. Deve permitir aos países em vias de desenvolvimento utilizarem, em seu interesse, as realizações tecnológicas mais modernas na esfera de comunicações. Deve criar as condições para a preparação do número necessário de jornalistas para trabalharem nos serviços de informação nacionais de países em

vias de desenvolvimento. Vimos que um dos rumos mais importantes na luta pela nova ordem de informação internacional é a criação de associações de informação a todos os níveis: regional, continental e internacional. Na vida política dos países africanos surgiu PANA, Agência Noticiosa Pan-Africana que faz os primeiros passos na liquidação dos restos do colonialismo ainda existentes na informação internacional.

Para toldar a consciência dos ouvintes, leitores e espectadores nos países socialistas e particularmente nos países em vias de desenvolvimento, tanto o imperialismo como a hegemonia chinesa fazem, uma após outra, calúnias sucessivas. Os propagandistas do imperialismo na defesa dum sistema velho, injusto e irracional e que não pode ter argumentos positivos para a sua própria defesa, recorrem à calúnia e à desinformação. O progresso do processo revolucionário mundial depende, em grande parte, do desmascaramento dessa calúnia e desinformação.

Os Comitês Centrais dos Partidos Comunistas dos países do socialismo e os dirigentes do Partido Congolês do Trabalho, do MPLA-Partido do Trabalho (Angola), da Frente de Libertação de Moçambique e outros sublinham a importância da enorme actividade ideológica também no futuro.

Os países da orientação socialista e os seus partidos tomam cada vez mais consciência da necessidade de esforços sérios na luta ideológica. «Na situação actual de aguda luta ideoló-

gica entre o socialismo e o capitalismo—diz-se nos documentos do III Congresso Extraordinário do Partido Congolês do Trabalho—a propaganda tornou-se uma necessidade vital para toda a nação. Face à ofensiva do imperialismo em todas as frentes, principalmente na ideológica, o nosso país deve tornar mais activa a propaganda, não só com vista a frustrar os perversos desígnios da reacção interna e externa, mas também para mobilizar eficazmente o povo congolês para a luta revolucionária. Isto revela a importância da propaganda para a formação do homem congolês que deve ser educado de acordo com a moral comunista da futura sociedade socialista, à qual nos conduz o Partido Congolês do Trabalho. Nas actuais condições de radicalização do processo revolucionário, a função da propaganda consiste, por um lado, na luta contra os factores internos, como o tribalismo e localismo, assim como o sectarismo e nepotismo que os acompanham e, por outro, contra os factores externos, mormente, o imperialismo, que presta uma especial atenção à propagação da sua ideologia, visando retardar o nosso avanço rumo ao socialismo libertador. O nosso Partido atribuía sempre uma importância especial à propaganda que assegura a adesão geral do povo congolês à causa da construção do socialismo no Congo»¹.

Vemos como actua a poderosa máquina da propaganda de política externa das forças

do imperialismo contra os países socialistas e em vias de desenvolvimento e que os Estados ocidentais gastam grandes recursos para a realização dessas manifestações politicamente desonrosas contra os povos dos países acima mencionados. Tudo isto exige imperiosamente uma união cada vez mais estreita dos países do socialismo, uma união dos países em vias de desenvolvimento e, o mais importante, a união dos países socialistas e das nações em vias de desenvolvimento, de orientação socialista, na resistência ideológica às forças do imperialismo, da hegemonia e da reacção e, também, na educação ideológica permanente dos seus povos nos princípios honrosos da paz, liberdade, igualdade, do progresso social, da luta contra a guerra, racismo, apartheid e a exploração do homem pelo homem. Reside aqui, actualmente, uma das tarefas mais importantes na via para a libertação completa da Humanidade dos «valores» que lhe têm sido impostos durante milénios de domínio do capitalismo que é um sistema injusto e caduco.

¹ *Relatório do Comité Central do Partido Congolês do Trabalho ao III Congresso Extraordinário, Brazzaville, 1979.*

ÍNDICE

Introdução	3
I. Ideologia e Luta Ideológica	13
II. A Essência e os Métodos da Propaganda Socialista	21
III. A Democracia e os Direitos do Homem em Foco da Luta Ideológica	51
IV. A Coexistência Pacífica e o Mito da «Ameaça Militar Soviética»	64
V. As Concepções Não Marxistas do Socialismo e Sua Significação na Luta Ideológica	88
VI. O «Boom» de Informação e os Países em Vias de Desenvolvimento	106
Conclusão	150

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução deste livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agredecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão. O nosso endereço é: Edições Progresso, Zúbovski bulvar 17, Moscovo, URSS.

EDIÇÕES PROGRESSO

A publicar

Capitalismo, Socialismo e Revolução Técnico-Científica.

Nesta obra, fala-se, de modo acessível, sobre o conteúdo e as leis gerais do desenvolvimento da revolução técnico-científica. Os autores mostram a formação e as perspectivas do desenvolvimento da revolução técnico-científica moderna, baseando-se nos exemplos da esfera da produção material e ciências naturais. No livro especial atenção presta-se às consequências sociais e políticas da revolução técnico-científica, no capitalismo e no socialismo. A partir de exemplos concretos, o leitor vai conhecer as vias da realização das possibilidades da revolução técnico-científica no processo da edificação do socialismo e comunismo. No livro também se criticam os pontos de vista burgueses sobre o desenvolvimento da revolução técnico-científica.

EDIÇÕES PROGRESSO

Prepara-se para a publicação

LOPATA P. O Comunismo como Formação Sócio-Económica.

No livro deste destacado filósofo soviético, dá-se o breve esboço popular do surgimento e desenvolvimento das ideias do comunismo da utopia à ciência, estão analisados em conjunto os vestígios e lados da formação comunista, a interacção dos seus elementos principais.

O autor fala pormenorizadamente do lugar histórico do socialismo como fase primeira da formação comunista, das realizações e problemas do socialismo real, do carácter de lei da sua transformação no comunismo.

Na obra, presta-se grande atenção à dialéctica do desenvolvimento de todas as instituições do sistema político do socialismo, à formação das relações sociais comunistas e da nova personalidade.

A série "Biblioteca de Conhecimentos Políticos" que oferecemos aos leitores, inaugura a edição de livros dedicados aos problemas do desenvolvimento social contemporâneo. Os livros dessa série tratam, de forma acessível das questões relativas ao sistema social, à substituição das formações sócio-económicas e às particularidades do desenvolvimento da revolução técnico-científica nas condições actuais.

Os autores propõem-se analisar os aspectos práticos da edificação socialista, as particularidades da economia, da direcção científica e do desenvolvimento do indivíduo no socialismo, assim como os problemas de luta pela paz e pela coexistência pacífica.

Os livros da presente série vêm a lume em determinada sequência de temas e serão interessantes para todos que pretendem estudar a teoria marxista-leninista e as questões da prática da edificação do socialismo.

São os seguintes os livros da "Biblioteca de Conhecimentos Políticos":

1. Plimak E., Volódine A. "Como se Desenvolve a Sociedade"
2. Lopata P. "O Comunismo como Formação Sócio-Económica"
3. Batálov E. "A Teoria Leninista da Revolução"
4. Trepelkov V. "A Crise Geral do Capitalismo"
5. Neznánov V. "Vias de Passagem do Capitalismo ao Socialismo"
6. Pirogov G. "Sistema Socialista Mundial"
7. Zótov V. "A Doutrina Leninista sobre as Revoluções de Libertação Nacional e a Actualidade"
8. Sobákine V. "Marxismo-Leninismo sobre os Problemas da Guerra e da Paz"
9. Colectivo de autores: "Capitalismo, Socialismo e Revolução Técnico-Científica"
10. Varlámov K. "Direcção Científica da Sociedade Socialista"
11. Smirnov G. "O Indivíduo sob o Socialismo"
12. Maksúdov L. "A Luta Ideológica no Mundo Contemporâneo"
13. Pavlenko A. "O Processo Revolucionário Mundial"
14. Guilílov S. "O Programa Leninista de Solução da Questão Nacional"